

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CONSOLIDADAS EM IFRS

Referentes aos exercícios findos em
31 de Dezembro de 2020 e 2019 e
Relatório dos Auditores Independentes



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	8
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	9
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	11



Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A. e
empresas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board (IASB)".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.422.957	5.447.659
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado			
Instrumentos de dívida	6	2.488.820	2.209.419
Derivativos	7	2.412.837	690.213
Operações de crédito a instituições financeiras	10	3.399.681	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos de dívida	9	4.327.383	1.000.203
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Instrumentos de dívida	6	1.198.512	1.972.460
Operações de crédito a instituições financeiras	10	2.657.413	7.960.239
Operações de crédito a clientes	11	14.414.851	7.707.235
Outros ativos financeiros	15	781.892	322.389
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	489.298	447.203
Ativos tributários correntes	12	-	42.013
Outros ativos	16	642.640	596.539
Ativos imobilizados	13	79.836	77.917
Ativos intangíveis	14	15.690	19.868
TOTAL DO ATIVO		<u>34.331.810</u>	<u>28.493.357</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Página 5



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado			
Passivos financeiros	6	978.456	1.176.025
Derivativos	7	3.323.568	1.858.174
Títulos de dívida emitidos	20	216.663	-
Obrigações por empréstimos e repasses	21	9.063.098	6.921.677
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Depósitos de instituições financeiras	18	650.999	3.248.541
Depósitos de clientes	19	11.951.013	5.560.171
Títulos de dívida emitidos	20	2.921.474	5.416.399
Obrigações por empréstimos e repasses	21	628.298	135.357
Provisões			
Provisões para processos judiciais e administrativos e outras provisões	22	625.563	617.399
Provisões para perdas esperadas	22	1.930	19.952
Obrigações fiscais			
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	12	154.742	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	143.236	221.729
Dividendos		85.100	8.544
Outros passivos	23	438.893	406.198
TOTAL DO PASSIVO		31.183.033	25.590.166
Capital social		1.754.606	1.754.606
Reserva de lucros		1.283.008	1.052.858
Lucros acumulados		91.197	95.287
Outros resultados abrangentes acumulados		10.347	(5.970)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	24	3.139.158	2.896.781
Participações de acionistas não controladores		9.619	6.410
Total do patrimônio líquido		3.148.777	2.903.191
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.331.810	28.493.357

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>NOTA</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas de juros e similares	25	1.754.217	1.883.896
Despesas de juros e similares	25	(1.213.795)	(1.192.732)
Receita líquida de juros		540.422	691.164
Perdas esperadas de ativos financeiros - operações de créditos a clientes	11	(96.272)	(2.450)
Margem financeira após as perdas esperadas de ativos financeiros - operações de créditos a clientes		444.150	688.714
Receitas de serviços e comissões	26	492.912	283.972
Despesas de serviços e comissões	26	(78.731)	(43.209)
Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros	27	727.178	8.424
Resultado de variação cambial		(390.988)	(51.041)
Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	28	10.127	44.089
Outras receitas operacionais	29	64.296	46.136
Receita líquida/margem operacional		1.268.944	977.085
Despesas de pessoal	30	(450.244)	(388.894)
Depreciação e amortização	13, 14 e 31	(11.065)	(33.346)
Outras despesas operacionais	32	(321.381)	(282.756)
Lucro líquido operacional antes de imposto de renda e contribuição social		486.254	272.089
Imposto de renda e contribuição social correntes	33	(296.501)	(28.417)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33	134.732	(59.129)
Lucro líquido		324.485	184.543
Atribuível:			
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		324.660	182.035
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		(175)	2.508
Média ponderada das ações - básica e diluída		236.432	219.031
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído		1.373,16	831,09

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Página 7



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido	324.485	184.543
"Hedge" de fluxo de caixa:	4.825	1.577
Variação de valor justo	8.773	2.867
Efeito fiscal	(3.948)	(1.290)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11.492	(7.299)
Variação de valor justo	18.353	(47.321)
Ganhos/(Perdas) transferidos ao resultado por alienação	3.336	34.050
Efeito fiscal	(10.197)	5.972
Outros resultados abrangentes do ano	16.317	(5.722)
Total do resultado abrangente	340.802	178.821
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	340.977	176.313
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	(175)	2.508

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Página 8



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	Total patrimônio líquido - acionistas controladores	Total patrimônio líquido - não controladores	Total do patrimônio líquido
			Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meios de outros resultados abrangentes	"Hedge" de fluxo de caixa				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.238.066	890.523	6.246	(6.494)	84.131	2.212.472	6.349	2.218.821
Total do resultado abrangente								
Lucro do exercício	-	-	-	-	182.035	182.035	2.508	184.543
Outros resultados abrangentes	-	-	(7.299)	1.577	-	(5.722)	-	(5.722)
Destinações:								
Reserva legal	-	8.544	-	-	(8.544)	-	-	-
Aumento de capital - Ingresso de recursos ⁽¹⁾	516.540	-	-	-	-	516.540	-	516.540
Reserva estatutária	-	153.791	-	-	(153.791)	-	-	-
Transações com acionistas								
Dividendos	-	-	-	-	(8.544)	(8.544)	(2.447)	(10.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.754.606	1.052.858	(1.053)	(4.917)	95.287	2.896.781	6.410	2.903.191
Total do resultado abrangente								
Lucro do exercício	-	-	-	-	324.660	324.660	(175)	324.485
Outros resultados abrangentes	-	-	11.492	4.825	-	16.317	-	16.317
Destinações:								
Reserva legal	-	16.437	-	-	(16.437)	-	-	-
Aumento de capital - Ingresso de recursos ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	5.892	5.892
Reserva estatutária	-	213.713	-	-	(213.713)	-	-	-
Transações com acionistas								
Dividendos	-	-	-	-	(8.600)	(8.600)	(2.508)	(11.108)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-	(90.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.754.606	1.283.008	10.439	(92)	91.197	3.139.158	9.619	3.148.777

⁽¹⁾ Maiores informações consultar Nota 24.

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>NOTA</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		681.545	351.837
Lucro líquido antes dos impostos		486.254	272.089
Depreciações e amortizações	31	11.065	33.346
Atualização monetária de outros ativos		(10.257)	(18.548)
Perdas líquidas por "impairment" em operações de crédito a clientes/Garantias		78.250	(464)
Ajuste ao valor de mercado - Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		65.045	110.352
Ajuste ao valor de mercado - Derivativos mensurados ao valor justo		41.507	(160.211)
Provisão de participações nos lucros		139.009	100.511
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais		23.081	37.342
Receitas de prestações de serviços não recebidas/Provisão outros		(152.444)	(22.787)
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		35	207
Variação de Ativos e Passivos		(4.563.631)	(908.863)
(Aumento) Redução em Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo	6	(2.749.814)	(1.685.811)
(Aumento) Redução em Ativos derivativos mensurados ao valor justo no resultado	7	(1.197.280)	253.868
(Aumento) Redução em Operações de crédito a instituições financeiras	10	1.805.526	1.666.838
(Aumento) Redução em Operações de crédito a clientes	11	(6.803.888)	(504.182)
(Aumento) Redução em Outros ativos	15 e 16	(341.244)	(151.160)
Aumento (Redução) em Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6	(92.968)	(92.235)
Aumento (Redução) em Passivos derivativos mensurados ao valor justo no resultado	7	898.543	(116.480)
Aumento (Redução) em Depósitos de instituições financeiras e depósitos de clientes	18 e 19	3.793.300	2.068.339
Aumento (Redução) em Títulos de dívida emitidos	20	(2.279.473)	(808.276)
Aumento (Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	21	2.643.593	(1.258.248)
Aumento (Redução) em Provisões para ações judiciais	22	(16.313)	(7.129)
Aumento (Redução) em Outros passivos	23	(130.664)	(240.414)
Imposto de renda e contribuição pago		(92.949)	(33.973)
Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades operacionais		(3.882.086)	(557.026)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativos imobilizados	13	(7.408)	(23.629)
Recursos da venda de ativos imobilizados	13	468	3.639
Aquisição de ativos intangíveis	14	(1.866)	(5.183)
Recursos da venda de ativos intangíveis	14	-	4.057
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(8.806)	(21.116)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Aumento (Redução) em dívidas subordinadas	6	(132.405)	42.533
Recursos de aumento de capital	24	5.892	516.540
Dividendos pagos		(7.262)	(10.991)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(133.775)	548.082
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(35)	(207)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(4.024.702)	(30.267)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	5.447.659	5.477.926
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	1.422.957	5.447.659

Informações complementares à demonstração consolidada do fluxo de caixa

Juros recebidos: R\$12.118.633 em 2020 e R\$4.582.072 em 2019

Juros pagos: R\$11.524.087 em 2020 e R\$3.876.220 em 2019

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Refertes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), controlado diretamente pelo BNP Paribas S.A., com sede na França, é a instituição líder das companhias brasileiras do Grupo BNP Paribas, financeiras e não financeiras perante o Banco Central do Brasil, constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, câmbio, arrendamento mercantil e de investimento.

Conforme mencionado na nota explicativa 3.a., as Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem o Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda. e o BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior ("Grupo").

As Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria realizado em 15 de março de 2021.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Base de preparação

Essas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Grupo foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards*" - "IFRS"), conforme aprovado pelo "*International Accounting Standard Board*" ("IASB"). O Balanço Patrimonial é apresentado em ordem de liquidez.

b. Normas e interpretações

b.1) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020

Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual ("*Conceptual Framework*") e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não houve impactos materiais para as demonstrações Contábeis Consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

Alterações na IFRS 16 - Arrendamentos: Expediente prático que permite aos arrendatários não caracterizar as concessões feitas ao arrendamento motivadas pela pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de junho de 2020, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo BNP Paribas Brasil optou por não utilizar a exceção oriunda da norma e, desta forma, não houve impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b.2) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

Alterações a IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39 - Desde setembro de 2019, o IASB promoveu algumas alterações no IFRS 9 e IAS 39 bem como a norma de divulgação relacionada, IFRS 7, no que se refere a alguns requerimentos específicos sobre contabilidade de Hedge. Essas mudanças fazem parte das fases do projeto IBOR (taxas referenciais na Europa) e visam prover segurança sobre os efeitos potenciais e preparar a norma para quando da efetiva vigência das novas taxas de referência de que trata o projeto, que está em andamento pelo IASB. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

c. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com o IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas exige que os gestores das empresas e funções corporativas façam estimativas que são refletidas na medição de rendimentos e gastos na conta de ganhos e perdas, dos ativos e passivos no balanço e na divulgação de informações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Isto exige dos gestores em questão, o exercício de julgamento e fazer uso das informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras quando fazem suas estimativas. Os resultados reais futuros das operações em relação aos quais os Administradores têm feito uso de estimativas podem, na realidade, diferir significativamente, principalmente em função das condições do mercado. Isso pode ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

Em particular, informações sobre incertezas em estimativas de áreas significativas e julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis que possuem o maior efeito significativo nos saldos registrados nas demonstrações contábeis estão descritas na nota abaixo.



As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

- Imposto de renda e Contribuição social diferido

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Grupo irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na nota explicativa 12.

- Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa 3. (d) v.

- Provisão para "impairment"

O Grupo revisa periodicamente as perdas por "impairment" reconhecidas para cobrir risco de crédito inerentes a atividade de intermediação bancária, conforme divulgado na nota explicativa 3. (d) vi.

- Passivos Contingentes

O Grupo revisa periodicamente seus passivos contingentes, conforme divulgado na nota explicativa 3. (k).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas, e estão aplicadas de forma consistente pelas Entidades do Grupo.

a. Base de consolidação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A., bem como a de suas controladas, abaixo relacionadas:

<u>Empresas</u>		<u>País de origem</u>	<u>Percentual de participação</u>	<u>Método de consolidação</u>
• BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	Brasil	74,38%	Integral
• BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	EPE	Brasil	100,00%	Integral

i. Escopo da Consolidação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas devem incluir:

• Controlada

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais o Banco exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. A controlada é consolidada pelo método integral.

• Entidade de propósito específico (EPE)

Entidade de propósito específico é uma entidade criada para atender a um propósito restrito e bem definido. As demonstrações financeiras de uma entidade de propósito específico são consolidadas pelo método integral nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Grupo, quando a substância do relacionamento dos riscos e benefícios entre o Grupo e esta entidade resulta no controle da entidade pelo Grupo.

A avaliação das circunstâncias apresentadas abaixo pode indicar que, em substância, o Grupo controla e conseqüentemente consolida uma EPE:

- As atividades da EPE são conduzidas de acordo com as necessidades específicas dos negócios do Grupo, de forma que o Grupo obtém benefícios das operações da EPE;
- O Grupo detém o poder de tomada de decisões de forma a obter a maioria dos benefícios das atividades da EPE ou o Grupo determinou as regras de "auto-funcionamento" das atividades da EPE;
- O Grupo possui direitos de obter a maioria dos benefícios da EPE e conseqüentemente pode estar exposto aos principais riscos inerentes às atividades da EPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de controle relacionados à EPE ou aos seus ativos, de forma a obter benefícios de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o fundo BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior se encaixa na definição de EPE e está sendo consolidado integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco.

ii. Principais procedimentos de consolidação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes.

Os resultados das controladas são incluídos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data de aquisição até a data em que o Banco, entidade líder do Grupo, deixa de ter o controle.

O valor contábil do investimento do Banco e a sua participação no patrimônio líquido de cada controlada ou EPE são eliminados assim como os saldos das contas de ativos e passivos, receitas e despesas entre o Banco e suas controladas e EPEs.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas, somente na extensão de que não há evidência de perda por "impairment".

Além disso, a participação de terceiros no patrimônio líquido das entidades consolidadas é apresentada como "Participações de Acionistas não Controladores" no Balanço Patrimonial Consolidado. A participação de terceiros no lucro do exercício é apresentada como "Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores" na Demonstração consolidada do resultado.



iii. Administração de fundos de investimentos

O Grupo gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, exceto a EPE descrita na nota explicativa 3 (a) i.

b. Moeda estrangeira

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional das empresas que compõem o Grupo. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

ii. Transações em moeda estrangeira

Os métodos usados para contabilizar os ativos e passivos relacionados com transações em moeda estrangeira assumidos pelo Grupo, e o usado para medir o risco cambial decorrente de tais operações, depende se os ativos ou passivos em questão são classificados como itens monetários.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas de transações. Os saldos de conversão pelas taxas de câmbio no final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos nas contas de resultado de variação cambial exceto a variação cambial dos instrumentos designados ao valor justo, as quais são reconhecidas na rubrica Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado; e a variação cambial de operações de crédito a clientes e obrigações por empréstimos e repasses, as quais são reconhecidas na rubrica Resultado de variação cambial.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d. Ativos e Passivos financeiros

De acordo com o IFRS 9, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado;
- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

i. Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros, incluindo aqueles mensurados ao valor justo no resultado e por meio de outros resultados abrangentes, são inicialmente reconhecidas na data da transação para o IFRS pelo seu valor justo. As operações com títulos permanecem registrados no balanço até que os direitos do Grupo para receber os fluxos de caixa relacionados expiram, ou até que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade dos títulos.

ii. Baixa

Um ativo financeiro é baixado na sua totalidade ou em parte quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirem ou quando se transfere o direito contratual aos fluxos de caixa do ativo e substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do ativo. A menos que estas condições estiverem preenchidas, o Grupo mantém o ativo em seu balanço e reconhece um passivo da obrigação criada como resultado da transferência do ativo.

iii. Compensação de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e a quantia líquida apresentada no balanço se, e somente se, o Grupo tem um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretenda liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de ativo financeiro ou de passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método dos juros efetivos de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia no vencimento, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de conta redutora) quanto à perda do valor recuperável ou incobrabilidade.

v. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Quando disponível, o Grupo determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados em mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.



Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Grupo utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se no mínimo possível em estimativas específicas do Grupo, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado considerariam na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Grupo avalia as técnicas utilizadas e as testa para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida subsequentemente nas Demonstrações consolidadas do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se completamente observáveis.

De acordo com o IFRS, o Grupo classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos "inputs" usados no processo de mensuração.

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

As premissas e dados utilizados nas técnicas de avaliação incluem taxas livres de risco, "spreads" de crédito e outros fatores utilizados na estimativa de taxas de desconto, preços de títulos e de ações, taxas cambiais e volatilidades e correlações estimadas de preços. O objetivo das técnicas de avaliação é a obtenção de um valor justo que reflita o preço do instrumento financeiro na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, que seria determinado por participantes do mercado em transações justas.

O Grupo utiliza modelos de valorização amplamente reconhecidos e adotados pelo mercado para determinação do valor justo de instrumentos financeiros comuns e não muito complexos, que utilizam somente dados observáveis de mercado e requerem pouco julgamento da Administração. Dados observáveis de mercado geralmente são disponíveis para instrumentos de dívida e de capital de entidades listadas, derivativos negociados em bolsas e aqueles simples e amplamente negociados em balcão. Disponibilidade de dados de mercado observáveis reduzem a necessidade de julgamento da Administração, bem como as incertezas associadas à determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros contabilizados a valor justo, pelo método de valorização adotado.

	Preços de mercado cotados em mercados (nível 1)	Técnicas de ativos valorização - dados observáveis (nível 2)	Total 2020	Total 2019
31/12/2020				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos de dívida	2.324.056	164.764	2.488.820	2.209.419
Derivativos	-	2.412.837	2.412.837	690.213
Operações de crédito a instituições financeiras	-	3.399.681	3.399.681	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Instrumentos de dívida	4.327.383	-	4.327.383	1.000.203
Total	6.651.439	5.977.282	12.628.721	3.899.835
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado				
Passivos financeiros	-	978.456	978.456	1.176.025
Títulos de dívida emitidos	-	216.663	216.663	-
Derivativos	-	3.323.568	3.323.568	1.858.174
Obrigações por empréstimos e repasses	-	9.063.098	9.063.098	6.921.677
Total	-	13.581.785	13.581.785	9.955.876



Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Ativos e Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Para os valores justos de títulos de dívida de empresas e para aplicações em depósitos interfinanceiros o Grupo estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Scholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Detalhes sobre a classificação dos ativos e passivos financeiros do Grupo são apresentados na nota explicativa nº 4.

vi. *Identificação e mensuração de "impairment"*

A provisão de Perdas esperadas (PE) é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras. A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros.

O Grupo estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

O Grupo calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência ("*Probability of default*" - PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo;
- Exposição no momento da inadimplência ("*Exposure at default*" - EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados; e
- Perda dada a inadimplência ("*Loss given default*" - LGD): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

As perdas esperadas de ativos contabilizados pelo custo amortizado e valor justo através de outros resultados abrangentes são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado do período. Os juros de ativos financeiros continuam sendo reconhecidos enquanto existir a expectativa de recebimento, porém, enquanto os ativos estiverem classificados no estágio 2, isso ocorrerá pela base bruta e após o estágio 3, pela base líquida. Quando um evento subsequente causa uma redução no valor de uma perda por "impairment" anteriormente reconhecida, esta é revertida contra o resultado do período.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por "impairment" de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por "impairment" ter sido reconhecido no resultado, a perda por "impairment" é revertida por meio de demonstração do resultado.



vii. *Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado*

i. *Ativos e passivos para negociação*

Os ativos e passivos para negociação são os ativos e passivos mantidos pelo Grupo com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Os ajustes ao valor justo são reconhecidos como parte do Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros.

Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

O Grupo optou por divulgar os Derivativos (nota explicativa 3.d.viii) em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado.

ii. *Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado*

São passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente.

Os passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receitas de juros e similares e Despesas de juros e similares.

viii. *Derivativos*

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas na data de negociação ao preço de transação e são reavaliados ao valor justo.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando o valor justo é negativo. Os ganhos e perdas realizados e não realizados dos derivativos quando não qualificados como instrumento de "hedge" são reconhecidos em conta de Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Grupo na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção ("hedge") ou não.

O Grupo avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de proteção são esperados de serem altamente efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos, durante o período para o qual a proteção está designada, e se os resultados atuais de cada proteção está dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

As relações de "hedge" são classificadas nas seguintes categorias:

i. *"Hedge" de valor justo*

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição a mudanças no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido, de um compromisso firme não reconhecido ou de uma parte identificada desde ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco específico e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de cobertura de valor justo, ou sua designação é revogada, a sua contabilização como cobertura de valor justo é interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item protegido para o qual o método da taxa de juros efetiva é usado, é amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante de sua vida remanescente.

ii. *"Hedge" de fluxo de caixa*

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido (exemplo, a totalidade ou parte dos pagamentos de juros futuros sobre dívida de taxa variável) ou uma transação prevista altamente provável e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de cobertura de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido em outros resultados abrangentes permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização da cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado em Outros resultados abrangentes é transferido imediatamente para o resultado do período.

iii. *"Hedge" de investimento líquidos no exterior*

Quando um derivativo (ou passivo financeiro não derivativo) é designado como "hedge" de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de "hedge" é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na reserva de conversão de moedas estrangeiras. Qualquer parcela inefetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado na baixa do investimento líquido no exterior.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam designações de derivativos para "hedge" de investimentos líquidos no exterior.

ix. *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

De acordo com o IFRS 9, os ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Os ativos incluídos na categoria mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente registrados ao valor justo acrescido dos custos de transação quando relevantes. Na data do balanço são mensurados ao valor justo e as suas alterações no valor justo (excluindo juros) estão apresentadas em uma linha separada no patrimônio líquido, Outros resultados abrangentes acumulados. Na alienação, esses resultados não realizados são transferidos do patrimônio líquido para conta de resultado, onde são demonstrados na linha de Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.



As rendas reconhecidas usando o método de juros efetivos derivada de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são registradas na rubrica Receita de juros e similares na conta de resultado. Os rendimentos de dividendos de títulos de renda variável são reconhecidos no Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando o direito do Grupo para receber o pagamento é estabelecido.

x. Ativos não correntes mantidos para a venda

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda (ou grupo de alienação) as operações cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a "impairment". A perda por "impairment" é reconhecida no resultado e pode ser revertida.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não haviam ativos não correntes mantidos para a venda.

xi. Operações de crédito

As operações de crédito são mensuradas inicialmente ao valor justo, que geralmente é a quantia líquida paga no início, incluindo os custos diretamente atribuíveis e certos tipos de taxas ou comissões que são vistos como um ajuste na taxa efetiva de juros sobre o empréstimo. São mensurados subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Comissões recebidas em compromisso de financiamento antes do registro do empréstimo são diferidas e incluídas no valor do empréstimo quando o mesmo é registrado.

Comissões obtidas em compromissos financeiros onde existe a probabilidade de não realizar a operação, ou há incerteza quanto ao momento da realização, são reconhecidas numa base linear ao longo da vida do compromisso.

As transações de arrendamento mercantil em que o Grupo é o arrendador e para as quais todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são substancialmente transferidos para o arrendatário são classificadas como arrendamentos financeiros, e os recebíveis equivalentes ao investimento líquido são reconhecidos e apresentados como operações de crédito a clientes.

A eventual perda por "impairment" dos ativos registrados nessa categoria é avaliada segundo as bases descritas na política contábil nota explicativa 3.d. (vi).

xii. Acordos de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com compromisso de recompra continuam a ser registrados no Balanço Patrimonial Consolidado na categoria a que pertencem. O passivo correspondente é reconhecido no balanço em sua respectiva categoria, exceto no caso dos acordos de recompra efetuados para negociação, onde o correspondente passivo é classificado em Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado.

Títulos adquiridos com compromisso de revenda não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado. O correspondente recebível será reconhecido em Operações de crédito a instituições financeiras.

xiii. Reclassificação de ativos financeiros

O Grupo não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram efetuadas reclassificações de ativos financeiros.

xiv. Emissão de títulos representativos de dívida

Os títulos emitidos pelo Grupo são classificados como instrumentos de dívida, se as entidades do Grupo emitindo os instrumentos tem uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao detentor do instrumento.

O mesmo aplica-se caso o Grupo seja obrigado a trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições que sejam potencialmente desfavoráveis, ou entregar um número variável de instrumentos de patrimônio do próprio Grupo.

As emissões de títulos de dívida são reconhecidas, inicialmente ao valor de emissão, incluindo os custos de transação, e são posteriormente mensurados ao custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros.

e. Ativos imobilizados

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e as perdas por "impairment", quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos imobilizados construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista.

Quando os principais componentes de um ativo imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo imobilizado.

ii. Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um ativo imobilizado é capitalizado ao valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros decorrentes das partes substituídas serão revertidos para o Grupo e o seu custo pode ser mensurado de maneira confiável. O valor remanescente da parte substituída é baixado. Os custos de reparos rotineiros dos ativos imobilizados são reconhecidos no resultado, quando incorridos.



iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo imobilizado.

As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados para os exercícios atuais são:

• Equipamentos de processamento de dados	5 anos
• Outros bens	10 anos
• Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos ou pelo prazo do contrato

Os "Outros bens" são compostos de sistema de comunicação, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, instalações e sistema de segurança.

f. Ativos intangíveis

i. "Software"

Os "softwares" adquiridos pelo Grupo são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por "impairment", quando aplicável.

A despesa de desenvolvimento interno de "software" é reconhecida como ativo quando o Grupo consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do "software" de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de "softwares" desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os "softwares" desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por "impairment".

Despesas subsequentes com "softwares" são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do "software", a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de "software" é de 5 anos.

ii. Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por "impairment", quando aplicável. A vida útil estimada é de 5 anos.

g. Arrendamentos financeiros

O ativo arrendado é reconhecido no balanço do arrendatário pelo menor valor entre o valor justo ou o valor presente dos pagamentos mínimos calculados à taxa de juros implícita no arrendamento. Os passivos correspondentes, iguais ao valor justo do ativo arrendado ou o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, são também reconhecidos no balanço do arrendatário. O ativo é depreciado usando o mesmo método que foi aplicado a ativos próprios, após a dedução do valor residual do montante inicialmente reconhecido ao longo da vida útil do bem. A obrigação de locação é contabilizada ao custo amortizado.

h. "Impairment" de ativos financeiros

A eventual perda por "impairment" dos ativos financeiros é avaliada segundo as bases descritas na política contábil nota explicativa 3.d. (vi).

Os componentes que constituem o saldo total de provisões para "impairment" foram avaliados individualmente e é baseado na melhor estimativa da Administração do valor presente dos recebimentos previstos. Na estimativa desses fluxos de caixa, a Administração faz uma avaliação da situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia relacionada.

i. "Impairment" de ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não-financeiros do Grupo são revisados a cada data das demonstrações financeiras para determinar se há alguma indicação de "impairment". Caso haja alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por "impairment" é reconhecida se o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por "impairment" reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data das demonstrações financeiras para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por "impairment" é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por "impairment" é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por "impairment" tivesse sido reconhecida.

A Administração do Banco não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

j. Depósitos, títulos de dívida emitidos e obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos, as obrigações por empréstimos e repasses e a dívida subordinada são fontes para financiamento das operações do Grupo.

Quando o Grupo vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura (venda com compromisso de recompra), o contrato é contabilizado como depósito, e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.



Os depósitos e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo contabiliza sua dívida subordinada ao valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

k. Provisões para ações judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisões registradas no passivo, exceto as relativas à instrumentos financeiros e aos benefícios aos empregados, são principalmente relacionadas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Uma provisão é reconhecida quando for provável que uma saída de recursos será exigida para liquidar uma obrigação decorrente de um evento passado, e uma estimativa confiável possa ser feita do valor da obrigação. O valor desta provisão é atualizado periodicamente para determinar o valor da obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão da seguinte forma:

i. Ações judiciais

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

ii. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes.

l. Garantias financeiras

As garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda que incorrida por este quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantias financeiras são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato. Os passivos de garantias financeiras são subsequentemente contabilizados pelo maior valor entre o valor amortizado e o valor justo. As garantias financeiras são classificados em Outros passivos e reconhecidas no resultado na rubrica Receitas de serviços e comissões.

m. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método da taxa efetiva de juros de acordo com o IFRS 9. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, em um período inferior) até atingir-se o valor de liquidação do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras na realização dos instrumentos financeiros ("impairment").

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos, e não inclui impostos. Os custos são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

n. Taxas e comissões

O método utilizado pelo Grupo de reconhecer receitas de comissões de serviços e despesas depende da natureza do serviço. Comissões que são tratadas como um componente adicional de juros são incluídas na taxa de juros efetiva, e são reconhecidas na conta de "Receita líquida de juros".

Comissão a pagar ou a receber na execução de um ato significativo ou serviços prestados são reconhecidos integralmente na conta de resultado na íntegra no momento da execução, sob as rubricas "Receitas e despesas de serviços e comissões" quando este for concluído.

o. Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros

O Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros compreende os ganhos líquidos e as perdas relacionados aos ativos e passivos ao valor justo através do resultado, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo sobre estes instrumentos financeiros.

A parte inefetiva de derivativos de "hedge" qualificados e designados em uma relação de "hedge" de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros.

p. Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre os instrumentos financeiros que foram liquidados no exercício. Os juros destes instrumentos mensurados através da taxa efetiva de juros, é registrado na margem financeira na Demonstração Consolidada do Resultado.

q. Dividendos

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros, ou em Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com a classificação do instrumento de capital.

r. Despesas com arrendamento mercantil operacional

O ativo não é reconhecido no balanço do arrendatário. Os pagamentos do arrendamento feitos como arrendamentos operacionais são levados ao resultado do arrendatário numa base linear durante o prazo do arrendamento.



s. Imposto corrente e diferido

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%, em vigor a partir de março de 2020, conforme previsto no artigo 32º da Emenda Constitucional 103/2019, dado que a alíquota de 15% foi aplicada ao longo do ano de 2019, em vista ao disposto no artigo 1º da Lei nº 13.169/2015.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias, e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil, os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% a partir de novembro de 2019 (40% de janeiro a outubro de 2019), em vista a majoração da contribuição social prevista no artigo 32º da Emenda Constitucional 103/2019.

O Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são reconhecidas na Demonstração Consolidada de Resultado, exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, determinada com base nas leis de impostos e alíquotas vigentes no País durante o período em que a renda é gerada e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos quando as diferenças temporárias surgem entre a quantia escriturada de um ativo ou passivo no balanço e a sua base tributável.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, base negativa ou prejuízos fiscais não utilizados somente na medida em que é provável que a entidade em questão vai gerar lucros tributáveis futuros contra os quais essas diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas possam ser compensados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados sendo mensurados às alíquotas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base na legislação vigente na data das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como receita ou despesa de imposto na conta de resultado, com exceção dos impostos diferidos relativos a ganhos ou perdas não realizados sobre títulos classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou a mudanças no valor justo dos instrumentos designados como "de fluxo de caixa", que são levados ao patrimônio líquido.

Despesas adicionais de imposto de renda decorrentes da distribuição de Juros sobre capital próprio pelo Grupo são reconhecidas no mesmo momento em que a obrigação de Juros sobre capital próprio a pagar é reconhecida.

4. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta a classificação do Grupo das classes de ativos e passivos financeiros, bem como seus respectivos valores contábeis e valores justos para os contabilizados ao custo amortizado.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.422.957	1.422.823	5.447.659	5.446.693
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Instrumento de dívida	1.198.512	1.251.699	1.972.460	2.042.881
Operações de crédito a instituições financeiras	2.657.413	2.730.342	7.960.239	8.181.526
Operações de crédito a clientes	14.414.851	14.586.025	7.707.235	7.775.416
Outros ativos financeiros	781.892	781.892	322.389	322.389
Total	20.475.625	20.772.781	23.409.982	23.768.905
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Depósitos de instituições financeiras	650.999	650.042	3.248.541	3.240.932
Depósitos de clientes	11.951.013	11.967.746	5.560.171	5.563.771
Títulos de dívida emitidos	2.921.474	3.015.036	5.416.399	5.563.302
Obrigações por empréstimos e repasses	628.298	661.503	135.357	138.108
Dividendos	85.100	85.100	8.544	8.544
Total	16.236.884	16.379.427	14.369.012	14.514.657

As operações avaliadas contabilmente pelo custo amortizado são em sua grande maioria de curto prazo e/ou indexadas a taxas pós-fixadas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações no mercado aberto	948.993	1.994.722
Aplicações em depósitos interfinanceiros	248.240	3.236.457
Disponibilidades	225.717	104.652
Numerários em espécie	7	7
Aplicações em moedas estrangeiras	-	111.821
Total	1.422.957	5.447.659



6. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO E AO CUSTO AMORTIZADO

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira dos respectivos títulos contratados:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Mensurados ao valor justo no resultado	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao valor justo no resultado	Mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros				
Títulos públicos	2.284.463	1.198.512	2.038.498	1.972.460
Operações de câmbio	164.764	-	26.373	-
Cotas de fundo de investimento	39.593	-	25.698	-
Cotas de fundo de direitos creditórios ⁽¹⁾	-	-	118.850	-
Total	2.488.820	1.198.512	2.209.419	1.972.460
	Mensurados ao valor justo no resultado		Mensurados ao valor justo no resultado	
Passivos financeiros				
Operações de câmbio	336	-	72.253	-
Total	336	-	72.253	-
Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:				
Dívida Subordinada - Res. 4.192/13	978.120	-	1.078.386	-
Dívida Subordinada - Res. 3.444/07	-	-	25.386	-
Total	978.120	-	1.103.772	-
Total Geral	978.456	-	1.176.025	-

(1) Refere-se a cotas senior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Syngenta (FIDC), com prazo de duração determinado e sua carteira era composta basicamente de direitos creditórios.

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos no valor de R\$1.249.568 (em 2019 R\$1.039.253).

A dívida subordinada pela Resolução 4.192/13 está representada por recurso captado por meio de empréstimo no valor de US\$70 milhões equivalentes a R\$451.058 (R\$332.369 em 2019), já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2020 de 6,89% a.a., vencíveis até janeiro de 2026. E em julho de 2020 houve uma nova captação representada por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$100 milhões equivalente a R\$527.062, já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2020 com juros de 4.10% a.a. vencíveis até janeiro de 2031. O Banco Central do Brasil aprovou em 26 de janeiro de 2021 que essa dívida de US\$100 milhões passe a compor o nível II do Patrimônio de Referência (PR) do Conglomerado Prudencial do BNPP Brasil. A aprovação foi com efeito retroativo a data da emissão. O Banco manteve capital em nível superior aos requerimentos prudenciais desde Julho de 2020, portanto a dívida será adicionada ao nível II do Patrimônio de Referência (PR) a partir de 26 janeiro de 2021.

Em dezembro de 2019 a dívida subordinada pela Resolução 3.444/07 estava representada pela emissão de letras financeiras, com vencimento em fevereiro de 2020.

7. DERIVATIVOS

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira por vencimento dos respectivos títulos contratados:

31/12/2020	Em quantidade de dias				Total
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	
Derivativos - Ativo:					
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado					
Operações com opções	4.177	63.856	44.389	21.820	134.242
Operações a termo	124.871	417.370	272.977	126.116	941.334
Operações com "swap"	28.824	107.857	39.253	1.161.327	1.337.261
Total 2020	157.872	589.083	356.619	1.309.263	2.412.837
Total 2019	53.369	156.217	135.188	345.439	690.213
Derivativos - Passivo:					
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado					
Operações com opções	22.143	65.901	125.101	202.862	416.007
Operações a termo	62.084	311.448	208.198	76.472	658.202
Operações com "swap"	39.779	478.404	92.975	1.638.201	2.249.359
Total 2020	124.006	855.753	426.274	1.917.535	3.323.568
Total 2019	61.421	396.269	246.757	1.153.727	1.858.174



A composição do valor nominal dos derivativos por contraparte está descrito conforme abaixo:

B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)

Descrição	SISTEMA C E T I P				SISTEMA BM&FBovespa		Total 2020	Total 2019
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação			
Operações com opções	9.682	7.703.611	424.567	1.224	468.125	8.607.209	4.304.067	
Comprada	-	3.112.363	-	-	65.625	3.177.988	1.872.817	
Vendida	9.682	4.591.248	424.567	1.224	402.500	5.429.221	2.431.250	
Operações com "swap"	-	575.000	21.341.760	3.013.796	1.975.652	26.906.208	22.354.060	
"Swap"	-	575.000	21.341.760	3.013.796	1.975.652	26.906.208	22.354.060	
Operações com futuros	-	-	-	-	39.048.084	39.048.084	44.407.698	
Comprada	-	-	-	-	23.691.732	23.691.732	21.612.668	
Vendida	-	-	-	-	15.356.352	15.356.352	22.795.030	
Operações a termo	-	32.690.049	707.396	46.752	-	33.444.197	17.674.755	
Comprada	-	14.639.622	628.794	46.752	-	15.315.168	9.710.160	
Vendida	-	18.050.427	78.602	-	-	18.129.029	7.964.595	
Total						108.005.698	88.740.580	

A composição do valor nominal dos derivativos por indexador está descrito conforme abaixo:

Descrição	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2020	Valor nominal 2019
Operações com opções	134.242	416.007	8.607.209	4.304.067
Compra de opção de:	134.242	-	3.177.988	1.872.817
Compra de Dólar	132.870	-	3.150.107	1.648.560
Venda de Dólar	1.372	-	27.881	224.257
Venda de opção de:	-	416.007	5.429.221	2.431.250
Compra de Dólar	-	56.703	1.851.206	70.878
Compra de Ações	-	253.997	433.498	668.722
Venda de Ações	-	3.190	2.154	8.131
Venda de Dólar	-	102.117	3.142.363	1.683.519
Operações com "swap"	1.337.261	2.249.359	26.906.208	22.354.060
Ações x DI	55.787	112.473	1.937.508	2.785.809
Ações x PRÉ	208.533	-	2.002.051	513.528
Cupom de Dólar x LIBOR	-	518.310	4.344.829	4.518.365
Cupom de Dólar x PRÉ	95.941	-	200.000	230.000
Cupom de Dólar x Selic (SCS)	-	-	567.866	3.682.315
Cupom de Dólar x Outros	467.201	-	4.378.614	4.373.317
DI x Ações	13.681	1.447	323.961	306.279
DI x Cupom de Euro	919	125.362	251.906	275.748
DI x Cupom de Dólar	145.965	869.645	6.278.254	3.101.401
DI x Índice de Preço	-	327.542	880.024	700.024
DI x PRE	9	5.608	267.663	237.475
Índice de Preço x DI	129.902	-	1.135.890	159.920
PRÉ x Ações	-	208.533	2.002.051	513.528
PRÉ x Cupom de Euro	38.428	66.235	1.135.351	605.326
PRÉ x Cupom de Dólar	180.895	14.204	1.200.240	59.000
PRÉ x Outros	-	-	-	292.025
Operações com futuros	-	-	39.048.084	44.407.698
Operações com futuros - Comprada	-	-	23.691.732	21.612.668
Cupom cambial - DDI	-	-	10.723.750	6.147.291
DI	-	-	6.296.710	7.399.144
Moedas	-	-	6.671.272	8.066.233
Operações com futuros - Vendida	-	-	15.356.352	22.795.030
Cupom cambial - DDI	-	-	1.817.395	2.764.021
DI	-	-	12.797.102	11.290.108
Moedas	-	-	741.855	8.740.901
Operações a termo	941.334	658.202	33.444.197	17.674.755
Operações a termo - Comprada	543.023	418.149	15.315.168	9.710.160
Moeda	543.023	418.149	15.315.168	9.710.160
Operações a termo - Vendida	398.311	240.053	18.129.029	7.964.595
Moeda	398.311	240.053	18.129.029	7.964.595

O Grupo tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.



8. ATIVOS E PASSIVOS DE DERIVATIVOS MANTIDOS PARA GERENCIAMENTO DE RISCO

O Grupo utiliza contratos futuros para "hedge" da sua exposição às variações no valor justo de operações de crédito a instituições financeiras, relacionadas às taxas de juros prefixadas destas operações.

Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge":

Instrumento			"Hedge" de Risco de valor justo				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado
DI Futuro	01.10.2025	223.752	Captações por certificado de operações estruturadas	Pré	222.530	223.741	(1.211)
DDI Futuro	02.01.2026	977.875	Instr. Dívida Res. 4.192	Dólar	917.232	977.820	(6.764)
DI Futuro	01.07.2024	3.432.111	CDI	Pré	3.408.493	3.432.368	(97.619)
DI Futuro	02.01.2025	104.406	Títulos - NTN	Pré	98.578	104.413	5.835
DI Futuro	03.10.2022	1.872.722	Títulos - LTN	Pré	1.835.231	1.872.862	12.205

Instrumento			"Hedge" de Fluxo de Caixa				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de mercado	Ajuste no resultado	Ajuste no patrimônio líquido
DI Futuro	04.01.2021	181.673	LF	Pós	181.540	181.708	92

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2020 não identificou nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período. A efetividade calculada sobre os "hedges" de Fluxo de Caixa foi de 100%.

9. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A composição do saldo da rubrica Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes está apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.247.282	814.697
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.041.887	149.724
Letra Financeira do Tesouro - LFT	645	-
Títulos Patrimoniais/Ações e Cotas	37.569	35.782
Total	4.327.383	1.000.203

10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos patrimoniais estão demonstrados abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Depósitos interfinanceiros	3.399.681	-
Total	3.399.681	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Depósitos interfinanceiros	1.895.870	7.960.239
Aplicações no mercado aberto	761.543	-
Total	2.657.413	7.960.239

11. OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CLIENTES

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica Operações de crédito a clientes foram as seguintes:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Operações de câmbio	6.281.561	2.303.002
Operações de crédito	5.722.336	5.054.531
Aplicações no mercado aberto	2.696.195	538.671
Provisão de "Impairment" Operações de crédito	(280.770)	(188.675)
Provisão de "Impairment" Aplicações no mercado aberto	(4.471)	(294)
Total	14.414.851	7.707.235



a. Operações de crédito

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Capital de giro	2.268.536	986.725
Títulos de créditos a receber	1.964.666	1.122.491
Financiamento à exportação	952.860	982.103
Empréstimo - Res. 2921	250.176	1.427.991
Crédito rural	134.664	359.051
Crédito rotativo	127.921	168.868
Outros empréstimos	22.145	3.298
Finame	1.080	3.165
Microcrédito	288	839
Total	5.722.336	5.054.531

b. Operações de câmbio

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamento sobre contrato de câmbio	6.153.354	2.258.583
Rendas a receber de adiantamento concedido	128.207	44.419
Total	6.281.561	2.303.002

c. Aplicações no mercado aberto

Os detalhes, por mercado aberto, são indicados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Debêntures	1.667.416	538.671
Nota Soberana	908.831	-
Nota Promissória	119.948	-
Total	2.696.195	538.671

As operações de crédito a clientes têm usualmente garantias de notas promissórias e, para algumas delas, existem garantias reais e fidejussórias.

A avaliação de perdas em créditos é realizada conforme nota explicativa 34b.

As variações da rubrica Provisão de "Impairment" foram as seguintes:

Saldo IFRS 09 em 31/12/2018	(186.519)
Complemento de provisão de "Impairment" Operação de crédito	(2.371)
Complemento de provisão de "Impairment" Aplicações no mercado aberto	(79)
Saldo IFRS 09 em 31/12/2019	(188.969)
Complemento de provisão de "Impairment" Operação de crédito	(92.095)
Complemento de provisão de "Impairment" Aplicações no mercado aberto	(4.177)
Saldo IFRS 09 em 31/12/2020	(285.241)

12. ATIVOS E PASSIVOS TRIBUTÁRIOS CORRENTES E DIFERIDOS**Ativos por impostos diferidos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
<u>Imposto de renda</u>				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	52.447	14.226	-	66.673
Ajuste a mercado de derivativos	6.344	-	(4.456)	1.888
Provisão "hedge" fluxo de caixa	2.235	42	(2.235)	42
Provisão títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	479	-	(479)	-
Provisão para riscos fiscais	86.601	4.157	(4.280)	86.478
Provisão para ações judiciais	21.445	2.872	(713)	23.604
Provisão de perdas esperadas	834	-	-	834
Provisão para outros passivos	76.598	123.972	(113.640)	86.930
Leasing IFRS16	1.504	4.250	-	5.754
	248.487	149.519	(125.803)	272.203



<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
Contribuição social				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	41.957	11.380	-	53.337
Ajuste a mercado de derivativos	5.074	-	(3.565)	1.509
Provisão "hedge" fluxo de caixa	1.789	34	(1.789)	34
Provisão títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	383	-	(383)	-
Provisão para riscos fiscais	69.278	3.326	(3.424)	69.180
Provisão para ações judiciais	17.185	2.299	(570)	18.914
Provisão de perdas esperadas	593	-	(593)	-
Provisão para outros passivos	61.253	99.177	(90.912)	69.518
Leasing IFRS16	1.204	3.399	-	4.603
	198.716	119.615	(101.236)	217.095
Total 2020	447.203	269.134	(227.039)	489.298
Total 2019	431.579	221.015	(205.391)	447.203

Passivo de impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os débitos tributários diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Passivo de impostos diferidos

<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a mercado de derivativos - Lei 11.051/04	(25.845)	(9.206)	25.845	(9.206)
Ajuste a mercado de derivativos	(195.884)	(124.696)	195.884	(124.696)
Provisão títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	(9.334)	-	(9.334)
Total 2020	(221.729)	(143.236)	221.729	(143.236)
Total 2019	(151.658)	(237.231)	167.160	(221.729)

Passivos tributários correntes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os passivos tributários correntes, líquidos de antecipações e retenções de fonte, estavam assim distribuídos:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão de imposto de renda a pagar	76.000	-
Provisão de contribuição social a pagar	78.742	-
Total	154.742	-

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2020 é:

<u>Exercício social</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>de 2026 até 2030</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	167.723	27.710	16.585	723	173.624	102.933	489.298

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2020, é estimado em R\$375.876, utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

13. ATIVOS IMOBILIZADOS

Os ativos imobilizados do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento, nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais e não tem nenhuma obrigação contratual para investir em imobilizado. O Grupo não fez parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante o exercício.

As variações da rubrica Ativos imobilizados foram as seguintes:

<u>Custo de aquisição - Imobilizado</u>	<u>Equipamentos de processamento de dados</u>	<u>Outros bens</u>	<u>Imobilizado de arrendamento</u>	<u>Total 2020</u>	<u>Total 2019</u>
Saldo no início do exercício	8.143	15.389	54.385	77.917	23.798
Adoção Inicial IFRS 16	-	-	-	-	63.449
Aquisições	5.270	2.138	-	7.408	23.629
Transferências	601	2.718	-	3.319	1.140
Depreciações	(3.383)	(2.677)	(2.280)	(8.340)	(30.460)
Alienações	(190)	(278)	-	(468)	(3.639)
Saldo no final do exercício	10.441	17.290	52.105	79.836	77.917

14. ATIVOS INTANGÍVEIS

As variações da rubrica Ativos intangíveis foram as seguintes:

Custo de aquisição - "Software"

	<u>Total 2020</u>	<u>Total 2019</u>
Saldo no início do exercício	19.868	22.768
Aquisições	1.866	5.183
Transferências	(3.319)	(1.140)
Amortizações	(2.725)	(2.886)
Alienações	-	(4.057)
Saldo no final do exercício	15.690	19.868

15. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A composição do saldo da rubrica Outros ativos financeiros é a seguinte:

Descrição

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Negociação e intermediação de valores	527.922	225.756
Devedores diversos - exterior	162.757	25.860
Outros recebíveis	57.206	33.964
Serviços prestados a receber	27.157	23.812
Devedores diversos - país	9.436	14.201
Despesas antecipadas de outros ativos financeiros	4.708	2.808
Perdas com outros ativos	(7.294)	(4.012)
Total	781.892	322.389
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outros ativos financeiros até 1 ano	781.892	320.350
Outros ativos financeiros de 1 a 5 anos	-	2.039
Total	781.892	322.389

16. OUTROS ATIVOS

A composição do saldo da rubrica Outros ativos ao custo amortizado é a seguinte:

Descrição

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Devedores por depósitos em garantia	627.123	582.333
Adiantamentos diversos	6.446	6.714
Outros créditos a compensar/recuperar	3.860	2.346
Despesas antecipadas de outros ativos	3.801	1.849
Devedores diversos - país	1.519	3.297
Perdas com outros ativos	(109)	-
Total	642.640	596.539
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outros ativos até 1 ano	14.217	13.668
Outros ativos acima de 1 ano	628.423	582.871
Total	642.640	596.539

17. GARANTIAS PRESTADAS

A exposição máxima se as garantias financeiras forem exigidas, são assim compostas:

Descrição

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
"Performance bond"	3.692.460	3.402.907
Fiança Bancária	3.677.366	3.636.546
Fiança de processos em juízo	2.655.837	2.421.103
Adiantamento de contrato	408.380	221.345
"Advance payment bond"	166.357	59.511
Pagamento de aluguel	90.508	119.153
"Bid bond"	14.484	95.185
Total	10.705.392	9.955.750

Essas garantias estão contabilizadas em "off-balance". Foram registradas provisões para PE por não recuperação de garantias prestadas de R\$1.930 (em 2019 R\$19.952), conforme nota explicativa 22 (ii).

As comissões a receber a valor justo correspondem a R\$18.277 (em 2019 R\$15.065) contabilizadas "pro rata temporis" pelo prazo remanescente das operações.



18. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A composição do saldo da rubrica Depósitos de instituições financeiras é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Depósitos interfinanceiros	574.443	3.149.117
Captações no mercado aberto	76.495	99.389
Outros depósitos de instituições financeiras	61	35
Total	650.999	3.248.541
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos de instituições financeiras até 1 ano	650.698	1.108.034
Depósitos de instituições financeiras de 1 a 5 anos	301	2.140.507
Total	650.999	3.248.541

19. DEPÓSITOS DE CLIENTES

A composição do saldo da rubrica Depósitos de clientes é o seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Depósitos a prazo	8.394.145	4.021.502
Captações no mercado aberto	2.302.444	802.558
Depósitos à vista	1.128.603	642.606
Ordens de pagamento a cumprir	125.821	93.505
Total	11.951.013	5.560.171
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos de clientes até 1 ano	10.067.664	4.365.731
Depósitos de clientes de 1 a 5 anos	1.883.349	1.194.440
Total	11.951.013	5.560.171

20. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Letras financeiras	1.245.260	2.926.016
Captações por certificado de operações estruturadas	1.179.645	2.066.361
Letras de crédito do agronegócio	496.569	424.022
Total	2.921.474	5.416.399
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Captações por certificado de operações estruturadas	216.663	-
Total	216.663	-
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos de dívida emitidos até 1 ano	1.848.672	3.126.585
Títulos de dívida emitidos de 1 a 5 anos	1.289.465	2.274.251
Títulos de dívida emitidos acima de 5 anos	-	15.563
Total	3.138.137	5.416.399

São compostas basicamente por:

<u>Descrição</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros</u>	
		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Letras financeiras	26.06.2025	4,78% a.a. a 11,60% a.a.	6,52% a.a. a 11,60% a.a.
Captações por certificado de operações estruturadas	03.12.2025	100,00% a.a. a 128,00% a.a. CDI	100,00% a.a. a 104,50% a.a. CDI
Letras de crédito do agronegócio	29.04.2022	92,00% a.a. a 103,63% a.a. CDI	90,00% a.a. a 99,00% a.a. CDI
		2,70% a.a. IPCA	-



21. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

A composição do saldo da rubrica Obrigações por empréstimos e repasses é o seguinte:

Descrição	Vencíveis até	31/12/2020		31/12/2019
		Encargos	Total	Total
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
No país:				
Repasse - FUNCAFE	15.09.2022	2,00% a.a. a 4,00% a.a.	76.165	132.214
Repasse - BNDES FINAME	16.08.2021	5,70% a.a. a 5,70% a.a.	1.069	3.143
Empréstimos - Moeda estrangeira	18.12.2025	1,00% a.a. a 5,11% a.a.	551.064	-
Total			628.298	135.357
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
No exterior:				
Empréstimos - Moeda estrangeira	23.10.2024	0,10% a.a. a 8,20% a.a.	9.063.098	6.921.677
Total			9.063.098	6.921.677
Descrição			31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por empréstimos e repasses até 1 ano			8.894.166	5.905.481
Obrigações por empréstimos e repasses de 1 a 5 anos			496.342	1.151.553
Obrigações por empréstimos e repasses acima de 5 anos			300.888	-
Total			9.691.396	7.057.034

22. PROVISÕES

i. Provisão para processos judiciais e administrativos e outras provisões

A posição das provisões constituídas segregadas por natureza da causa, é a seguinte:

	Demandas fiscais	Demandas trabalhistas	Demandas cíveis	Total
Saldo final 31/12/2018	512.823	60.800	11.000	584.623
Constituição	888	14.352	5	15.245
Atualizações monetárias	22.212	-	2.441	24.653
Baixas por pagamento	(4.819)	(2.298)	(5)	(7.122)
Saldo final 31/12/2019	531.104	72.854	13.441	617.399
Constituição	-	10.455	-	10.455
Baixas por pagamento	(17.122)	(2.852)	-	(19.974)
Atualizações monetárias	16.629	732	322	17.683
Saldo final 31/12/2020	530.611	81.189	13.763	625.563

As provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado que o risco de perda é provável e seus montantes podem ser mensurados com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis ou remotas não são reconhecidas contabilmente e estão representados por processo de natureza cível, trabalhista e fiscal. Em 31 de dezembro de 2020, os riscos considerados como de perda possível montam em R\$229.323 (em 2019 R\$226.151). Em 2020 e 2019 não houve contingências possíveis de natureza cível.

As demandas fiscais referem-se principalmente a processos judiciais onde está sendo contestado a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para riscos fiscais era composta principalmente da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$379.826 e R\$38.351 respectivamente (em 2019 R\$373.979 e R\$37.751 respectivamente), em que o Grupo discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 e de provisão de R\$112.433 (em 2019 R\$119.374) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.

Em geral, as provisões referentes as ações judiciais do Grupo são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Em virtude desse fato, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Grupo não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

ii. Provisão para perdas esperadas

As variações nas provisões para perdas esperadas no período de 2020 foram as seguintes:

Saldo final 31/12/2018	22.866
Reversão	(2.914)
Saldo final 31/12/2019	19.952
Reversão	(18.022)
Saldo final 31/12/2020	1.930



23. OUTROS PASSIVOS

A composição do saldo da rubrica Outros passivos ao custo amortizado é o seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para despesas de pessoal	146.672	127.477
Outros impostos e contribuições a recolher	91.494	58.049
Provisões de despesas administrativas	60.384	53.847
Arrendamento Passivo - IFRS 16	56.584	59.962
Resultado de exercícios futuros	6.924	8.356
Adiantamento recebido sobre operações de câmbio	1.560	99
Diversos	75.275	98.408
Total	438.893	406.198

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

• Capital

O capital social do Banco BNP Paribas Brasil S.A. está representado por 236.432 ações ordinárias sem valores nominais, totalmente integralizadas.

• Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido do exercício conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 teve a seguinte destinação: R\$16.437 a título de Reserva Legal (R\$8.544 em 2019), R\$213.713 a título de Reserva Estatutária (R\$153.791 em 2019), R\$8.600 a título de dividendos (R\$8.544 em 2019) e R\$90.000 a título de Juros sobre Capital Próprio.

• Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal, reserva estatutária e lucros acumulados. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normatizadas pelo BACEN, para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco.

• Aumento de capital

Conforme AGE - Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 28 de março de 2019, os acionistas do Banco BNP Paribas Brasil S.A., aprovaram o aumento do capital da Sociedade em moeda corrente nacional, no valor de R\$516.540 passando de R\$1.238.066 para R\$1.754.606, com a emissão de 69.603 novas ações ordinárias passando de 166.829 para 236.432, cuja aprovação do Banco Central do Brasil-BACEN ocorreu em 24 de abril de 2019.

Conforme AGE - Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 04 de agosto de 2020, os acionistas do BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., aprovaram o aumento do capital da Sociedade em moeda corrente nacional, no valor de R\$23.000 passando de R\$15.226 para R\$28.226, com a emissão de 23.000 novas cotas passando de 15.226 para 28.226.

25. RECEITAS E DESPESAS DE JUROS E SIMILARES

A composição dos principais itens de receitas e despesas de juros está demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas de juros e similares		
Operações de crédito a clientes	726.795	474.555
Operações de crédito a instituições financeiras	631.330	1.056.844
Instrumentos de dívida	396.092	352.497
Total	1.754.217	1.883.896
Despesas de juros e similares		
Títulos de dívida emitidos	(470.511)	(491.587)
Obrigações por empréstimos e repasses	(411.535)	(319.068)
Depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras	(250.518)	(324.920)
Passivos financeiro	(72.723)	(51.159)
Outros	(8.508)	(5.998)
Total	(1.213.795)	(1.192.732)
Total Geral	540.422	691.164

A rubrica "Outros" é composta basicamente por despesa de contribuição ao FGC.



A composição dos principais itens das despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras está demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras		
Depósito a prazo	172.026	240.759
Operações compromissadas	39.298	74.285
Depósito interfinanceiro	39.194	9.876
Total	<u><u>250.518</u></u>	<u><u>324.920</u></u>

26. RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas de serviços e comissões		
Prestação de serviços	201.662	56.378
Taxa de administração	116.852	106.678
Comissões sobre fianças prestadas	73.127	63.294
Outras comissões recebidas	101.271	57.622
Total	<u><u>492.912</u></u>	<u><u>283.972</u></u>
Despesas de serviços e comissões		
Comissões sobre adiantamentos a fornecedores	(61.563)	(33.184)
Serviços prestados	(9.945)	(7.406)
Comissões sobre fianças pagas	(1.705)	(1.029)
Outras comissões pagas	(5.518)	(1.590)
Total	<u><u>(78.731)</u></u>	<u><u>(43.209)</u></u>
Resultado líquido de serviços e comissões	<u><u>414.181</u></u>	<u><u>240.763</u></u>

27. RESULTADO AO VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros inclui todos os ganhos e perdas relativos aos instrumentos financeiros geridos na carteira de negociação e instrumentos financeiros que o Grupo tenha designado pelo valor justo através do resultado.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado de instrumentos financeiros		
Operações cambiais	607.137	(156.413)
Renda fixa	65.591	112.092
Derivativos	(99.538)	201.213
Outros	(527)	4.033
Total	<u><u>572.663</u></u>	<u><u>160.925</u></u>
Resultado de outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		
Renda fixa	(98.829)	(14.078)
Dívida Subordinada	(6.568)	(29.649)
Total	<u><u>(105.397)</u></u>	<u><u>(43.727)</u></u>
Resultado de derivativos mantidos para gerenciamento de riscos		
Taxa de juros e câmbio	259.912	(108.774)
Total	<u><u>259.912</u></u>	<u><u>(108.774)</u></u>
Total Geral	<u><u>727.178</u></u>	<u><u>8.424</u></u>

28. RESULTADO AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

O Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre estes instrumentos financeiros.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Títulos privados	9.200	44.008
Títulos públicos	927	81
Total	<u><u>10.127</u></u>	<u><u>44.089</u></u>

Durante o ano foram transferidas do patrimônio líquido para o resultado o valor de R\$3.336 como ganho (em 2019 R\$34.050 como ganho) de alienação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.



29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Essa rubrica está assim demonstrada:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outras receitas operacionais		
Atualização depósito judicial	10.332	18.665
Reversão de provisão de fianças prestadas	18.022	2.914
Outras	35.942	24.557
Total	<u>64.296</u>	<u>46.136</u>

30. DESPESAS DE PESSOAL

A composição da rubrica Despesas de pessoal está demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas de pessoal		
Salários, participação nos lucros e bônus	295.580	256.348
Encargos sociais	97.180	83.366
Outros benefícios dos funcionários	48.027	39.592
Despesas com planos de aposentadoria de contribuição definida	8.094	7.870
Treinamento	1.363	1.718
Total	<u>450.244</u>	<u>388.894</u>

31. DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A rubrica Depreciação e amortização está composta como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesa de depreciação e amortização		
Outros bens	2.677	4.869
Equipamentos de processamento de dados	3.383	3.792
Imobilizado de arrendamento - IFRS 16	2.280	21.799
Amortização de ativos intangíveis	2.725	2.886
Total	<u>11.065</u>	<u>33.346</u>

32. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As Outras despesas operacionais estão compostas como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outras despesas operacionais		
Despesas tributárias	87.417	52.479
Processamento de dados	53.358	45.391
Serviços do sistema financeiro	51.405	62.039
Serviços de terceiros	38.219	25.436
Atualização de provisões para ações judiciais	31.275	39.407
Serviços técnicos especializados	21.112	11.113
Despesas de arrendamentos operacionais	20.053	20.598
Comunicação	5.265	4.723
Promoções e relações públicas	3.251	4.034
Viagens	2.121	8.167
Publicação e propaganda e publicidade	1.851	984
Transportes	1.069	1.540
Outras provisões de perdas esperadas	109	-
Outras	4.876	6.845
Total	<u>321.381</u>	<u>282.756</u>

As despesas tributárias, dentre outros tributos não incidentes sobre o lucro, refere-se principalmente a PIS e COFINS.

O saldo da rubrica Despesas de arrendamentos operacionais está resumido no quadro a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas de arrendamentos operacionais		
Aluguel de imóvel	19.080	19.011
Aluguel de carro	407	862
Aluguel outros	566	725
Total	<u>20.053</u>	<u>20.598</u>



Abaixo apresentamos o total dos futuros pagamentos de locações operacionais:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Aluguel de imóvel	13.856	50.543	18.629
Aluguel de carro	481	962	-
Aluguel outros	566	2.264	2.830
Total 2020	14.903	53.769	21.459
Total 2019	14.233	51.061	26.862

O Grupo aluga diversos imóveis para o uso em suas operações, segundo contrato de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de locação. Nenhum contrato de locação impõe restrições relacionadas a dividendos, contratação de dívidas e arrendamentos adicionais.

33. DESPESA DE IMPOSTO SOBRE A RENDA

a. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social fora assim apuradas:

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	486.254	272.089
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (3s)	(218.814)	(108.836)
<u>Ajustes decorrentes da legislação fiscal:</u>		
Exclusões (adições) permanentes		
Juros sobre títulos soberanos externos e dividendos	12.525	11.987
Despesas indedutíveis, doações e incentivos, e alteração de alíquota CSLL	47.715	8.948
Diferença da alíquota distintas regimes de tributação (lucro presumido)	(3.195)	355
Total	(161.769)	(87.546)
Abertura:		
Impostos correntes	(296.501)	(28.417)
Impostos diferidos	134.732	(59.129)
Taxa tributária efetiva	33%	32%

b. Impostos diferidos reconhecidos no resultado abrangente

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos tributários reconhecidos no resultado		
Diferenças temporárias	46.905	50.268
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos	87.827	(109.397)
Total IR/CSLL diferido reconhecido no resultado	134.732	(59.129)
Créditos tributários reconhecidos no patrimônio		
Ajuste ao valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(10.197)	5.972
Ajuste ao valor justo do "hedge" de fluxo de caixa	(3.948)	(1.290)
Total IR/CSLL diferido reconhecido no patrimônio	(14.145)	4.682

34. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Introdução

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial do BNPP Brasil, observa os princípios estabelecidos na Resolução nº 4.557, publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

Para os propósitos da gestão integrada de riscos do Grupo BNPP são considerados como riscos relevantes os riscos listados na normativa vigente e, adicionalmente, os riscos materiais identificados durante o processo de identificação de riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de juros na carteira bancária
- Risco socioambiental



b. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Como contrapartes consideram-se o tomador de recursos, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido.

Escopo e principais tópicos de gerenciamento do risco de crédito incluídos nos relatórios gerenciais para os comitês de riscos e a diretoria da instituição.

Os Comitês de Risco de Crédito Corporate e Institutionals, com regimentos devidamente formalizados, apresentações e atas disponíveis para a alta gestão do Banco e as autoridades de supervisão bancária, monitoram mensalmente o gerenciamento dos Riscos de Crédito nos perímetros respectivos, e provem trimestralmente contribuições pertinentes para o Comitê de Riscos do Conglomerado com o escopo as exposição locais. Os tópicos abordados são:

- Métricas de RAS;
- Dinâmica da exposição ao risco de crédito, ratings do portfólio;
- Maiores devedores;
- Carteira "WatchListed" e "Doubtful" e a evolução das provisões por risco de crédito;
- Exposições por setores econômicos.

Melhores Práticas Essenciais de Risco

As Melhores Práticas Essenciais de Risco foram definidas pela Administração Geral do Grupo e devem inspirar e nortear os processos decisórios. Quais sejam:

- Entender os riscos assumidos pelo Banco e por seus clientes;
- Tomar decisões de risco de forma objetiva e com perspectiva de longo prazo;
- Assegurar a diversificação dos riscos;
- Antecipar e se adaptar às mudanças no ambiente de risco;
- Ser disciplinado com e assumir responsabilidade pelos riscos tomados;
- Reportar rapidamente e de forma transparente problemas de riscos relevantes.

Estrutura organizacional

1LOD

Áreas de Coverage

No Banco, o Coverage está dividido em 2 áreas diferentes:

Coverage Corporate

Os RM dessa área são responsáveis por desenvolver relacionamento de negócios global com *Corporates* brasileiros e filiais no Brasil de *Corporates* internacionais clientes do Grupo.

Os *Co-Heads* da área reportam hierarquicamente para a CEO do Banco.

A *Head* da área atua como *Delegation Holder* para filiais no Brasil de *Corporates* internacionais clientes do Grupo e reporta hierarquicamente para a CEO do Banco.

Coverage FI ⁽¹⁾

Os RM dessa área são responsáveis por desenvolver relacionamento de negócios global com *Institutionals* brasileiros e filiais no Brasil de *Institutionals* internacionais clientes do Grupo;

A *Head* dessa área, também *Head Coverage FI Latam*, reporta hierarquicamente para o *Head Americas FI Coverage*.

Área de Corporate Credit Management

A área de *Corporate Credit Management* incorpora:

- Analistas de crédito, sob a responsabilidade da *Head* dos Analistas de Crédito;
- Um *Head OPC Corporate Platform*, responsável por procedimentos e controles.

O *Head* da área é o *Head Corporate Credit Management Brazil*, com qualidade de *Delegation Holder* e reporte hierárquico para a CEO do Banco e Funcional para a *Head Latin America CIB*;

Área de IT03C

A área de IT03C pertence à área *Transversal Controls*, dentro da Divisão *Operations and Client Management* do Banco.

A *Head* da área reporta ao *Head Transversal Controls*.

Área de VPG

O *Value Preservation Group*, com base em *New York*, reúne especialistas em gerenciamento de ativos problemáticos ⁽²⁾.

(1) *Financial Institutions*.

(2) *No sentido do Art. 24 da Resolução 4.557/17*.



2L0D - RISK

Como função integrada de controle, os integrantes da função RISK tem seu reporte dentro da própria função.

CRO Conglomerado

O CRO Conglomerado, também *Chief Risk Officer Latam CIB & Brazil Conglomerate*, reporta hierarquicamente para o *Chief Risk Officer Americas CIB*.

RISK Corporate Latam

Os SCO dessa área detêm alçada formalizada na forma de *Concurrence Letter* os habilitando para validar decisões de crédito sobre *Corporates* da América Latina em conjunto com um *Delegation Holder* de CIB.

O Head da Área reporta hierarquicamente ao *CRO CIB Latam & Brasil Conglomerate*, e funcionalmente ao *Head RISK Corporate Americas*.

SCO RISK I2S Latam

O *SCO RISK I2S Latam*, com base em New York, detém alçada formalizada na forma de *Concurrence Letter* o/a habilitando para validar decisões de crédito sobre *Institutionals* da América Latina em conjunto com um *Delegation Holder* de CIB. Reporta ao Head *RISK Institutionals & BP2S Americas*.

Credit Team RISK I2S

O *Credit Team* de RISK I2S, com base em *New York*, reúne analistas de crédito *Institutionals*, e reporta ao Head *RISK Institutionals & BP2S Americas*.

RISK I2S CRC

A área de *RISK I2S CRC*, com base em Portugal congrega especialistas de controles, atendendo entre outros a região Americas.

Demais informações e responsabilidades estão descritas no Relatório Informativo de Gerenciamentos de Riscos Basileia - Pilar III divulgado no site www.bnpparibas.com.br.

Exposição consolidada ao risco de crédito:

	2020	2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Instrumentos de dívida	2.488.820	2.209.419
Derivativos	2.412.837	690.213
Operações de crédito a instituições financeiras	3.399.681	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Instrumentos de dívida	1.198.512	1.972.460
Operações de crédito a instituições financeiras	2.657.413	7.960.239
Operações de crédito a clientes	14.700.092	7.896.204
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Instrumentos de dívida	4.327.383	1.000.203
Garantias prestadas (" <i>off balance</i> ")	10.705.392	9.955.750
Exposição bruta	41.890.130	31.684.488
Provisão " <i>impairment</i> " - Garantias prestadas e Operações de crédito	(287.171)	(208.921)
Exposição líquida	41.602.959	31.475.567

Apresentamos abaixo uma análise das concentrações de risco de crédito por setor na data de balanço:

	2020	2019
Governo	12.035.944	7.031.411
Indústria	5.085.533	3.895.397
Comércio	1.278.278	468.290
Instituição financeira	6.312.369	7.984.556
Outros serviços	17.090.223	12.116.343
Pessoa física	87.783	188.491
Exposição bruta	41.890.130	31.684.488
Provisão " <i>impairment</i> " - Estágio 01	(10.239)	(3.452)
Provisão " <i>impairment</i> " - Estágio 02	(31.075)	(1.676)
Provisão " <i>impairment</i> " - Estágio 03	(245.857)	(203.793)
Exposição líquida	41.602.959	31.475.567

Do total da exposição líquida consolidada ao risco de crédito as operações vencidas compreendem:

	2020	2019
Operações de crédito a clientes - Adiantamento de Contrato de Câmbio		
Até 60 dias	209	-
Acima de 60 dias	115.605	135.889
Garantias prestadas ("<i>Off balance</i>")		
Até 60 dias	70.569	10.512
Acima de 60 dias	11.861	107.567
Total de operações vencidas	198.244	253.968

Em 2020 e 2019 não houve recuperação de créditos baixados como prejuízo e valores baixados para prejuízo em 2020 e 2019. Em 2020 existiam contratos renegociados no valor de R\$1.110.735 (R\$1.245.132 em 2019).



c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Estrutura organizacional

As Diretorias das entidades do Conglomerado Prudencial são responsáveis por:

- definir os princípios, métricas e limites na Declaração de Apetite por Riscos (“RAS”) de liquidez;
- aprovar as políticas de risco de liquidez e de contingência de liquidez.

O Comitê de Risco do Conglomerado é responsável por recomendar os princípios e atualizações na RAS e monitorar a evolução do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial.

O Comitê de Ativos e Obrigações (“ALCo”) é responsável por:

- adaptar e implementar políticas e estratégias relacionadas ao gerenciamento de risco de liquidez;
- revisar e recomendar as políticas de risco de liquidez e de contingência de liquidez para as Diretorias.

O departamento ALM Treasury (“ALMT”), como primeira linha de defesa, é uma atividade transversal, sob a responsabilidade do *Country Head*. ALMT assume dois mandatos prudenciais:

- avaliar os riscos de liquidez atuais e potenciais associados aos desenvolvimentos futuros dos negócios do Conglomerado Prudencial e alertar o Senior Management em caso de situações de crises latentes;
- proteger a assinatura do Grupo BNP Paribas, sendo o ponto exclusivo de acesso aos mercados de captação de atacado para o Conglomerado Prudencial, garantindo assim a consistência de preços entre os segmentos de financiamento.

O departamento RISK, como segunda linha de defesa, contribui à definição do quadro de gerenciamento de risco de liquidez e tem uma missão de controle independente e reporte do risco de liquidez. RISK fornece análises e opiniões independentes para todos os comitês de gerenciamento do risco de liquidez e participa da definição e do monitoramento de métricas e limites de RAS e de outras métrica e limites de liquidez.

Estratégias de captação de recursos

O Conglomerado Prudencial atinge o perfil de liquidez desejado equilibrando o financiamento externo com as necessidades das linhas de negócios.

O Conglomerado Prudencial busca levantar recursos de acordo com um plano de financiamento pré-definido e validado pelo ALCo. O financiamento de atacado de curto prazo gerido pela ALMT oferece a flexibilidade necessária para acomodar mudanças temporárias no consumo de liquidez (por exemplo, sazonalidade do mercado global) ou desvios do plano de financiamento inicial. Essa flexibilidade também permite temporizar a execução de ajustes nas linhas de negócios na adaptação às novas circunstâncias.

Estratégias de mitigação do risco de liquidez

As estratégias de mitigação de risco de liquidez são decididas através do acompanhamento e projeções das métricas de RAS e do monitoramento de indicadores adicionais incluindo a diversificação de captação de recursos, a aderência ao plano de financiamento inicial validado pelo ALCo, bem como a dinâmica dos principais ativos e passivos. O ALCo é responsável por adaptar e implementar, ao seu nível, as normas, políticas e estratégias para a gestão do risco de liquidez.

Descrição da utilização dos testes de estresse para fins do gerenciamento do risco de liquidez

ALMT gerencia a liquidez do Conglomerado Prudencial, produzindo e usando métricas de teste de estresse definidas na Declaração de Apetite por Riscos (RAS):

- *30-day Brazilian Liquidity Stress Test (BLST-30d)*: teste de estresse que mede a quantidade mínima de ativos monetizáveis de forma imediata a ser colocada à frente das saídas líquidas de caixa em um cenário de crise pré-definido, em um horizonte de 1 mês;
- *90-day Brazilian Liquidity Stress Test (BLST-90d)*: teste de estresse que mede a quantidade mínima de ativos monetizáveis a ser colocada à frente das saídas líquidas de caixa em um cenário de crise pré-definido, em um horizonte de 3 meses.

Além disso, utiliza um teste de estresse específico para segregar ativos HQLA reservados para atender necessidades no horizonte intradia.

Descrição resumida do plano de contingência de liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez (“LCP”) é projetado para fornecer uma estrutura para lidar com potenciais crises de liquidez.

Uma vez acionado o LCP, um Comitê de Crise de Liquidez (“LCC”) é responsável pela execução do gerenciamento de crise com a determinação das respostas adequadas e a coordenação das partes envolvidas. Os membros do LCC são oriundos dos membros do ALCo.

O quadro do LCP descreve as circunstâncias em que o LCP é ativado, como resultado de eventos adversos reais ou potenciais. Esses eventos são normalmente identificados por indicadores quantitativos de alerta precoce (“EWIs”) ou avaliação qualitativa da situação de liquidez.

As ações do LCP consistem essencialmente em fortalecer a situação de liquidez, se possível, na fase de emergência de uma crise. Em seguida, busca liberar os ativos que monetizáveis porém não de forma imediata, afim de compensar as rupturas de financiamento em uma crise mais grave. Consiste também em identificar e executar ações de mitigação para alterar as atividades do negócio quando os impactos sobre a franquia e o perfil de risco geral são limitados.



Métricas e limites utilizados para o gerenciamento do risco de liquidez

As métricas de risco de liquidez são organizadas em diferentes níveis:

1. Métricas RAS, usadas para definir o apetite de risco do Conglomerado Prudencial, com limites específicos que desencadeiam discussões dedicadas e possíveis ações de mitigação decididas no nível do Senior Management e da Diretoria Estatutária. O processo de produção utiliza-se de dados contábeis e gerenciais e sua metodologia é revisada por RISK anualmente.
2. Outros Relatórios, incluindo teste de estresse intradia, diversificação de captações financeiras, dinâmica dos principais ativos e passivo, entre outros, são usados pelo ALMT, Finance e RISK para completar a orientação operacional dos riscos de liquidez, e reportadas ao ALCo, ao Senior Management e/ou aos Comitês de Risco.

Prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros

Os valores reportados refletem os fluxos de caixa contratados não descontados e portanto, podem diferir daqueles constantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

<u>31/12/2020</u>							
<u>PASSIVO</u>	<u>Até 1 mês</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total 2020</u>	<u>Total 2019</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado							
Passivos financeiro	34.456	-	-	7.154	936.846	978.456	1.176.341
Derivativos	124.005	355.917	912.632	1.518.615	412.399	3.323.568	1.858.174
Obrigações por empréstimos e repasses	644.689	2.711.692	5.240.286	466.431	-	9.063.098	6.921.677
Títulos de dívida emitidos	5.980	3.257	5	78.657	128.764	216.663	-
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Depósitos de instituições financeiras	160.248	18	490.441	301	-	651.008	3.423.398
Depósitos de clientes	3.811.413	1.829.734	4.447.407	1.890.799	-	11.979.353	5.585.039
Títulos de dívida emitidos	419.187	419.720	777.589	612.590	707.404	2.936.490	5.433.080
Obrigações por empréstimos e repasses	-	14.776	300.799	14.275	300.000	629.850	138.314
Total	<u>5.199.978</u>	<u>5.335.114</u>	<u>12.169.159</u>	<u>4.588.822</u>	<u>2.485.413</u>	<u>29.778.486</u>	<u>24.536.023</u>

Deste montante, R\$9.922.346 (em 2019 R\$5.167.855) referem-se a CDB e Derivativos e podem sofrer resgates antecipados.

d. Risco de mercado

O risco de mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo.

Estratégias e processos utilizados no gerenciamento do risco de mercado

A estratégia de gerenciamento da atividade de Global Markets segue a abordagem de *market making*, isto é, visa primeiramente atender as demandas de clientes tanto do ponto de vista de compra como de venda de determinado produto financeiro e, desse modo, mantém em balanço posições com níveis de risco de mercado controlados visando principalmente manter estoques que permitam atender aos clientes com mais rapidez e eficiência.

Como consequência a área de Global Markets assume determinadas posições em seu balanço cujos riscos não são completamente neutralizados em um espaço curto de tempo. Desse modo estratégias de mitigação de risco devem ser adotadas para que o potencial impacto de variações de parâmetros de mercados seja controlado. As principais estratégias de mitigação de risco são as seguintes:

- Utilização da abordagem de gestão por fator de risco, transversal a produtos e entidades.
- Compensar riscos em prazos ilíquidos com riscos em prazos diferentes mais líquidos em um primeiro momento e posteriormente gradualmente reduzir descasamentos.
- Mitigar riscos de moedas que não façam parte do objetivo principal da unidade de negócios Brasil através de operações de transferência de riscos para outras entidades do BNP Paribas.
- Mitigar riscos de indexadores de juros de países que não façam parte do objetivo principal da unidade de negócios Brasil através de operações de transferência para outras entidades do BNP Paribas.

A identificação de riscos novos ou emergentes ocorre dentro dos seguintes processos:

- Comites de Operações Excepcionais ou Novos produtos, que discutem e aprovam operações com características particulares em geral compostas por produtos estruturados ou algum novo produto ou serviço a ser oferecido que resulta em operações recorrentes.
- O processo de discussões entre as áreas de risco e a área de negócios que pode ter o formato de reuniões internas sem formalização e comitês regulares e formais. Em ambos os casos a troca de informações permite o acompanhamento da dinâmica de negócios, motivos para aumentos ou reduções de riscos assumidos.
- Há também o processo formal regular (periodicidade anual) de Risk ID (identificação de riscos) do Banco BNP Paribas cujo objetivo principal é o mapeamento detalhado de todas as fontes de risco assumidas, sua correta categorização e também a avaliação de sua magnitude em termos de impacto financeiro potencial.



A definição das métricas de riscos de mercado e seu acompanhamento são realizados conforme a seguir:

- Como resultado dos processos acima são identificados os riscos envolvidos na atividade e as metodologias e modelos a serem usados. Deles resulta uma arquitetura para organização de dados de mercado e consequentemente de representação de riscos. Essa arquitetura define os seguintes fatores que influenciam os modelos de valoração de produtos financeiros:
 - o Os modelos de construção de curvas e consequentemente as metodologias e processos de contribuição das bases de dados de mercado;
 - o Os parâmetros de mercado a serem usados para metodologias e modelos de valoração;
 - o Os fatores de risco a serem observados e consequentemente a representação de riscos resultante.

Além disso a arquitetura acima influencia modelos de risco tais como:

- o Modelo de VaR (*Value at Risk*);
- o Metodologias de *Stress Test*.
- O monitoramento de posições existentes passa pela análise e produção de relatórios além de discussões entre a equipe de risco e a área de negócios. Tais processos envolvem uma discussão da evolução dos negócios e da representação segundo a arquitetura de dados e risco existente para a elaboração de síntese adequada de métricas, sensibilidades e parâmetros de mercado que são então comunicados em relatórios para a alta gerência de circulação global.

O controle sobre riscos de mercado é feito com base na definição e monitoramento de limites e de mandatos:

- Os principais limites que são definidos e observados com mais rigor são os limites sobre a posição de fechamento. Estes são analisados e monitorados pela equipe de RISK GM que avalia pedidos da área de negócios e forma seu parecer levando em consideração fatores como impacto de teste de estresse, liquidez de mercado, coerência com o tamanho da atividade, potenciais impactos de capital assim como a adequação a regulações vigentes (locais e globais);
- Além dos limites acima existem também limites mais granulares definidos sobre grupos menores de carteiras além de limites intra-dia;
- O monitoramento de mandatos é um controle adicional que restringe os tipos de produto e moeda que podem ser operados em determinada carteira. É definido conforme o escopo da linha de negócios e mercado de atuação de determinado conjunto de operadores.

Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos.

O processo de geração de indicadores de risco de mercado no Banco BNP Paribas é unificado e alimenta tanto sistemas das áreas de negócios quanto sistemas de equipes de controle como os da equipe RISK GM. Existem controles diários em vigor no escopo das equipes de tecnologia para garantir que os riscos de todas as operações registradas sejam calculados e enviados tanto para os sistemas de risco de Global Markets como para os sistemas de RISK GM. Os principais sistemas utilizados pela equipe de RISK GM *Market Risk Latam* são o MRX e o *Risk Navigator*.

Estrutura responsável pela implementação das estratégias e processos empregados no gerenciamento do risco de mercado

Parte da 1LOD, a área de negócios *Global Markets* é a que concentra atividades de negócios que geram Risco de Mercado dentro do Conglomerado. Dentro da missão de *Global Markets* está a gestão direta do Risco de Mercado ao qual seus negócios ou atividades estão expostos.

A atividade de *Global Markets* no Conglomerado se encontra sob responsabilidade de Diretor Estatutário do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Ainda dentro da 1LOD estão diversas áreas que participam do processo de gestão do Risco de Mercado do Conglomerado tais como as áreas de operações, área de tecnologia e áreas com atividades transversais que atuam dando suporte a área de *Global Markets* com missões que incluem análises de risco, cálculo diário de resultado financeiro, modelagem de produtos além de controles operacionais.

Dentro da 2LOD a área de RISK GM *Market Risk* tem foco no Risco de Mercado e presença em São Paulo com cobertura do Conglomerado e do perímetro América Latina.

Assim como outras equipes parte da função RISK, a equipe RISK GM *Market Risk Latam* preserva sua independência da 1LOD mediante um reporte hierárquico apenas dentro do departamento RISK: globalmente através de um reporte hierárquico para o Regional *Manager* Américas de RISK GM, e localmente através de um reporte funcional para o CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil, Diretor Estatutário responsável por esta política.

Compondo a função RISK dentro da 2LOD a área de RISK GM *Market Risk* tem representação local em São Paulo.

A principal missão da área RISK GM *Market Risk* é o monitoramento e controle do Risco de Mercado no Grupo BNP Paribas o que inclui o Conglomerado. Além disso a equipe de RISK GM *Market Risk* é também responsável pelo monitoramento e controle de Risco de Mercado no perímetro América Latina.

Assim como outras equipes parte da função RISK, a equipe RISK GM *Market Risk Latam* preserva sua independência da 1LOD mediante um reporte hierárquico apenas dentro do departamento RISK: globalmente através de um reporte funcional para o Regional *Manager* Américas de RISK GM, e localmente através de um reporte hierárquico para o CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil.

Outras equipes globais de RISK GM também contribuem para a gestão do Risco de Mercado do Conglomerado com missões que incluem a validação de modelos, coordenação da contribuição de RISK para comitês de transações excepcionais ou novas atividades e também o cálculo de ajustes prudenciais.

Outra equipe pertencente a função RISK é a equipe RISK ERA. Separada de RISK GM a equipe RISK ERA Systems é responsável por garantir o correto funcionamento dos diversos sistemas de RISK, atendendo os requerimentos dos usuários.

Ainda compondo a 2LOD a função *Finance* contribui com a gestão de Risco de Mercado em processos como o de classificação de carteiras e a interpretação e aplicação de normas e regulações de requerimento de capital (RWA).



Segue abaixo os valores de exposição (RWA) segregado por risco de mercado:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fator de risco		
Risco relacionados a taxas de juros prefixadas em reais	776.485	719.125
Risco relacionados a variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	3.240.650	1.318.739
Risco relacionados a variação da taxa dos cupons de índices de preços	191.664	655.045
Risco relacionados a preço de ações da carteira de negociação	37.555	24.736
Risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos a variação cambial	245.766	264.327
Total	<u>4.492.120</u>	<u>2.981.972</u>

e. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. Inclui-se, também, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Escopo

Esse documento refere-se particularmente à gestão de risco operacional no Banco.

Existem políticas específicas para as outras entidades do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e o risco operacional do Conglomerado é monitorado com indicadores consolidados de acordo com a estrutura integrada de gestão de riscos.

Princípios

O Banco visa proteger seus clientes, seus colaboradores e seus acionistas do risco operacional identificando-o, mensurando-o, avaliando-o, monitorando-o, reportando-o, controlando-o e mitigando-o. O Banco se esforça para manter este risco em níveis aceitáveis, além de desenvolver, em linha com as diretrizes do Grupo BNP Paribas ("Grupo"), uma estrutura completa de gerenciamento de riscos e controles, incluindo programas de conscientização e cultura de risco operacional, auto avaliação dos riscos e controles, monitoramento e governança.

Estrutura organizacional

A área responsável pelo acompanhamento do risco operacional no Grupo é o RISK ORC (*Operational Risk Control*), baseado em São Paulo com um time reportando localmente ao *Chief Risk Officer* ("CRO") do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil. Da mesma forma como acontece com os demais riscos do Banco, essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócios.

O comitê de Risco Operacional é o fórum de governança utilizado regularmente para o monitoramento e reporte dos principais componentes da estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco, provendo, também, subsídios para o Comitê de Riscos do Conglomerado e o *Territory Internal Control Committee* ("ICC").

Processos e Controles

Auto Avaliação dos Riscos e Controles

O Risco Operacional e os Controles internos são responsabilidade de todos os colaboradores do Banco.

Cada área de negócio ou função é responsável pela auto avaliação dos riscos operacionais relacionados aos processos dentro do seu perímetro de atuação. A área de RISK ORC coordena o processo, consolida as informações e fornece uma segunda opinião sobre os resultados, podendo questionar e solicitar uma revisão.

O processo de avaliação de riscos é composto por cinco componentes principais, sendo eles:

- A identificação dos perímetro de avaliação, com o objetivo de detectar as principais áreas de risco, tipo de evento e requisitos regulatórios;
- A análise dos riscos inerentes, com o objetivo de avaliar a criticidade das principais áreas de risco em um contexto específico, anterior a eficácia do ambiente de controles;
- A análise do funcionamento do sistema de controle atual, destinada a avaliar a eficácia dos controles implementados para reduzir o nível de risco inerente;
- O risco residual, resultante da avaliação do risco considerando o funcionamento efetivo da estrutura de controles.

Registro de Incidentes de Risco Operacional

Um incidente de risco operacional é definido como "um evento real que se origina da insuficiência ou falha de processos internos, ou de eventos externos, que conduziram ou poderiam conduzir a uma perda, a um ganho indevido ou a um custo de oportunidade".

Todo colaborador do Banco tem o dever de reportar qualquer incidente de risco operacional ao seu superior ou a qualquer outra pessoa designada para essa finalidade.

O registro dos incidentes deve conter minimamente os seguintes aspectos:

- Causa: corresponde ao fato que gerou o incidente.
- Evento:

No Banco, entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;



- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Banco;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Banco;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação; ou
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades do Banco.

Os eventos externos de risco operacional não contemplam perdas por inadimplência (risco de crédito) ou por variações de mercado (riscos de liquidez/mercado), a menos que sejam oriundas de fraudes ou falhas nas etapas de controle.

- Consequências: efeitos de um evento atribuído a um tipo de impacto, como por exemplo, perda, a um ganho indevido ou a um custo de oportunidade.

Capital Regulatório de Risco Operacional

Como medida para proteger a solvência das instituições financeiras bem como as partes envolvidas em seus negócios, o acordo de Basileia estabelece a necessidade das instituições financeiras alocarem uma parcela de seu capital com o objetivo de fazer frente a eventuais perdas operacionais.

O Banco optou por utilizar a metodologia de abordagem básica (BIA - *Basic Indicator Approach*) para a alocação de capital regulatório para fins de riscos operacionais, por considerar que é a mais apropriada de acordo com a natureza e complexidade dos seus produtos, serviços e atividades.

A operacionalização do cálculo de alocação de capital pelo método BIA e análises/avaliações para a alta administração do Banco, incluindo os demonstrativos contábeis, são providenciadas pela área de Finanças, uma vez que todo o cálculo, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, é baseado nas contas do Plano Contábil (COSIF).

É objetivo permanente do Banco o aprimoramento contínuo da qualidade na gestão de riscos e atingir padrões que possibilitem a migração futura para metodologias mais sofisticadas que permitam a alocação de uma parcela de capital que reflita uma adequação mais precisa ao perfil de risco da instituição.

As informações contidas no teor deste documento foram extraídas das políticas internas, aprovadas pela Diretoria Estatutária do Banco BNP Paribas Brasil S/A

f. Risco de Juros na Carteira Bancária

O risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) é o risco de que os resultados futuros ser impactados adversamente pelo nível das taxas de referência.

O Conglomerado BNP Paribas Brasil mensura o IRRBB através de:

- Métricas internas de RAS (métricas Pilar II)
- Métricas padronizadas, conforme exigido na Circular 3.876 (métricas Pilar I)

Resumo das políticas

A administração do IRRBB deve cumprir todos os regulamentos aplicáveis, tanto no nível do Grupo BNP Paribas quanto no nível do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil S.A..

No nível do Grupo BNP Paribas, inclui o Regulamento Europeu de Exigência de Capital (CRR), as normas contábeis aplicáveis (principalmente as IFRS), a Lei Bancária Francesa de julho de 2013 e a *Volcker Rule*. No nível do Conglomerado Prudencial, inclui ainda a Resolução 4.557 do Banco Central do Brasil, bem como outros procedimentos do IRRBB que fornecem diretrizes sobre aspectos técnicos. A gestão do IRRBB também deve ser consistente com as Diretrizes da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre o gerenciamento do risco de taxa de juros decorrentes de atividades que não sejam de carteira de negociação, publicadas em julho de 2015.

Estratégias para o gerenciamento e a mitigação do IRRBB

O objetivo do gerenciamento do IRRBB é manter a exposição ao risco de taxa de juros dos ganhos da carteira bancária dentro de limites aceitáveis enquanto otimiza os resultados. Os limites do RAS (*Risk Appetite Statement*) são definidos pelas Diretórias do Conglomerado Prudencial.

Para cumprir sua missão de gerenciar o IRRBB, o departamento da Tesouraria (ALM *Treasury*) está autorizado a realizar operações de mitigação do IRRBB através do uso de instrumentos financeiros, essencialmente derivativos como Swaps e Futuros.

Métricas utilizadas para apurar a sensibilidade da instituição ao IRRBB.

As métricas Δ NII e Δ EVE foram escolhidas como métricas RAS do Conglomerado Prudencial para IRRBB e são relatadas mensalmente e comparadas com os limites do RAS. Gaps de taxa de juros são calculadas diariamente e comparadas com os limites estabelecidos pelo *Assets and Liabilities Committee* (ALCo) do Conglomerado Prudencial.

Cenários de choque e de estresse de taxas de juros utilizados para estimar variações no valor econômico (Δ EVE) e no resultado de intermediação financeira (Δ NII) da instituição.

Modelo interno (RAS):

O Δ EVE utiliza a premissa de não renovação de instrumentos vincendos na carteira bancária (*run-off balance sheet*).

O Δ NII utiliza a premissa da renovação de instrumentos vincendos na carteira bancária durante os três próximos anos.

Modelo padronizado:

O Δ EVE utiliza a premissa de não renovação de instrumentos vincendos na carteira bancária (*run-off balance sheet*).

O Δ NII utiliza a premissa de substituição dos instrumentos vincendos na carteira bancária por instrumentos com mesmo valor em um horizonte de análise de doze meses.

Tanto no modelo padronizado quanto no interno os cenários de choque de taxas de juros são os que são descritos na Circular 3.876:

- ± 400 bps para taxas de juros prefixadas em BRL
- ± 200 bps para taxas de juros prefixadas em USD/EUR

No modelo interno, conforme aprovado pelo ALCo, o Banco BNP Paribas Brasil modela o seu capital, para efeito de cálculo do seu Delta NII, através de uma posição tomadora de taxa de juros com prazo fixo e com amortização mensal linear neste prazo. O capital não é considerado na modelagem das demais métricas de mensuração do IRRBB.



O Banco Cetelem Brasil modela seu capital com o mesmo perfil de *run-off* da carteira de ativos, considerando o histórico de liquidações antecipadas de cada safra que compõe a carteira em questão.

As estratégias de mitigação do IRRBB devem cumprir os requisitos estabelecidos na Política de Grupo para a elegibilidade das transações do ALMT *Treasury* para a carteira bancária prudencial, bem como os requisitos da *Volcker Rule* e a Lei Bancária francesa.

A cobertura da exposição ao IRRBB deve ser considerada em relação à natureza do risco que está sendo gerenciado e às transações cuja exposição está sendo gerenciada. Essas transações podem ser:

- Transações existentes, como empréstimos ou depósitos já originados;
- Transações futuras (compromissos ou altamente prováveis);
- Itens individuais, como um empréstimo, um depósito ou um instrumento de dívida, dos quais o risco pode ser gerenciado individualmente
- Grupo de itens, como uma carteira de empréstimos de taxa fixa (base bruta) ou uma combinação de itens cujos riscos são parcialmente compensados entre si (base líquida) e para os quais os riscos podem ser gerenciados globalmente.

Descrição das premissas mais relevantes para modelagem e para a parametrização, no cálculo do ΔEVE e do ΔNII .

- As margens comerciais estão sendo consideradas tanto para o ΔEVE como ΔNII .
- Os depósitos a vista da carteira do Conglomerado não são considerados no modelo.
- As opcionalidades foram abordadas levando em consideração os modelos de negócios das entidades do Conglomerado. Para a entidade Banco BNP Paribas, não são expressivas e, portanto, não incluídas no modelo. Para a entidade Banco Cetelem, a carteira de crédito contempla uma curva de pré-pagamento somente no cenário base como entrada para o cálculo das métricas padronizadas do IRRBB.
- Como premissa principal, os objetos da carteira *banking* com *Fair Value Hedge* foram considerados como objetos marcados a mercado para o ΔNII .

g. Risco Socioambiental

Introdução

A primeira missão do Grupo BNP Paribas globalmente é ser um parceiro responsável e de longo prazo de seus clientes. Para esse fim, adota como princípios fundamentais a realização de uma gestão integrada de seus riscos e a observância à estrita ética nos negócios.

A Carta de Responsabilidade BNP Paribas, assinada pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo Presidente Executivo do Grupo BNP Paribas no mundo, é o documento institucional que formaliza os compromissos, simbolizados por quatro grandes pilares: a responsabilidade econômica, social, cívica e a ambiental. Eles se aplicam a todas as unidades de negócio do Grupo BNP Paribas ao redor do mundo.

Tendo a Carta de Responsabilidade como diretriz, cada unidade de negócio pode construir políticas específicas, atendendo às peculiaridades da legislação local.

A presente Política de Responsabilidade Socioambiental (“Política” ou “PRSA”) reflete as diretrizes da Carta de Responsabilidade BNP Paribas, ajustadas às peculiaridades da legislação socioambiental brasileira. Esta Política se aplica aos negócios e atividades desenvolvidos neste país pelo BNP Paribas Brasil, que compreende o Banco BNP Paribas Brasil S.A. e a BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.

Definição

- Atividades: para os efeitos desta Política, Atividades são processos e práticas internos da instituição que possam causar impacto socioambiental, não se confundindo com Operações;
- Operações: para os efeitos desta Política, Operações são transações ou serviços financeiros identificados como sendo passíveis de análise de aspectos socioambientais pela instituição;
- Proporcionalidade: a compatibilidade das ações socioambientais adotadas pela instituição financeira com a natureza desta e com a complexidade das suas atividades, produtos e serviços;
- Relevância: o grau de exposição ao risco socioambiental das Atividades e das Operações da instituição financeira;
- Risco Socioambiental: a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil decorrentes de danos socioambientais.

Princípios

Visão do Grupo BNP Paribas

Aspiramos a ser o principal Banco europeu com alcance global, o parceiro de longo prazo preferido para nossos clientes, contribuindo para um crescimento responsável e sustentável. Para esse fim, adotamos uma abordagem de gerenciamento integrada de nossos riscos e aderimos à ética comercial estrita como princípios comerciais fundamentais.

Estratégia de CSR do Grupo

A Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo formaliza seus compromissos em torno a quatro grandes pilares: a economia, nossos colaboradores, a sociedade e o meio ambiente. Esses compromissos se aplicam a todas as unidades de negócio do Grupo ao redor do mundo.

Essa estratégia é baseada numa avaliação de materialidade, que ranqueia os assuntos de RSC conforme sua relevância para as partes interessadas e para o desempenho do Grupo, incluindo considerações de riscos legais, de reputação e de impacto nos negócios. Tendo a Estratégia de Responsabilidade como diretriz, cada unidade de negócio pode construir políticas específicas, atendendo às peculiaridades da legislação local.

Princípios Fundamentais

A gestão das questões socioambientais desenvolvida pelo BNP Paribas Brasil está pautada nos seguintes princípios fundamentais:

- Em toda sua atuação: respeito aos Direitos Humanos e compromisso para a proteção do meio ambiente; relação com a sociedade: respeito aos Direitos Humanos e compromisso para a proteção do meio ambiente;
- Na relação com as partes interessadas: diálogo e ética. O BNP Paribas Brasil é acessível aos clientes, colaboradores, e fornecedores, munindo-os das informações corretas e adequadas;



- Nas suas Operações: gestão adequada dos riscos socioambiental, atendidos aos princípios da Relevância e da Proporcionalidade;
- Nas suas Atividades: promoção da diversidade e da equidade no ambiente de trabalho, consumo responsável e melhoria contínua das práticas socioambientais;
- Nas suas compras: avaliação das práticas socioambientais na seleção dos seus fornecedores.

Gerenciamento de Risco Socioambiental

O BNP Paribas Brasil reconhece o risco socioambiental como um componente das várias modalidades de risco às quais está exposto. Nesse contexto, atendendo aos princípios da Proporcionalidade e da Relevância, a instituição considera a variável socioambiental na análise (i) de clientes e Operações; (ii) de novos produtos e serviços, e (iii) nas suas Atividades e compras:

- Clientes e Operações: antes de se tornarem clientes do BNP Paribas Brasil e periodicamente após a contratação, as companhias passam por um processo de avaliação, com o fim de verificar se estas de alguma forma ferem os princípios do Grupo BNP Paribas relacionados aos aspectos socioambientais. Todas as operações de crédito são sujeitas à análise socioambiental, de acordo com o setor de atividade do cliente e da modalidade de crédito. A instituição avaliará os riscos que possam decorrer dos aspectos socioambientais, dentre eles, os aspectos legais, o risco de crédito e o risco de reputação. Em atendimento aos princípios da Proporcionalidade e da Relevância, as Operações com maior potencial de causar dano socioambiental, seja pela sua natureza ou pelo setor econômico em que o cliente atua, são submetidas a diligências socioambientais mais rigorosas. Nesse sentido, a instituição aplica (a) as políticas setoriais do Grupo, formalizando critérios específicos de avaliação socioambiental para atividades econômicas com maior exposição a significativos impactos socioambientais negativos; e (b) às Operações elegíveis, tais como o financiamento de grandes projetos, os critérios dos Princípios do Equador, da qual a instituição é signatária;
- Novos produtos e serviços: as áreas responsáveis pela aprovação de novas modalidades de produtos e serviços avaliam, previamente, os potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação. A nova modalidade de produto ou serviço deverá respeitar as diretrizes desta Política e do procedimento relacionado;
- Atividades e compras: o BNP Paribas Brasil considera as questões socioambientais na sua gestão de pessoas e na contratação de fornecedores, de forma que estes estejam em conformidade com os princípios desta Política.

Os critérios e regras para avaliação dos aspectos socioambientais indicados nos itens acima são objeto de políticas ou procedimentos específicos.

Estrutura Organizacional

O cumprimento e disseminação dos conceitos, princípios e diretrizes desta Política, e particularmente o controle e gerenciamento do risco socioambiental, é responsabilidade de todos os colaboradores e áreas do BNP Paribas Brasil. O modelo de três linhas de defesa estabelece os princípios operacionais, os papéis e as responsabilidades para atividades de controle e gestão de risco, incluindo a segregação adequada de tarefas entre responsáveis pela assunção e controle de primeiro nível de riscos, responsáveis pelo gerenciamento independente de risco, e responsáveis pela auditoria interna. A estrutura de governança específica para o gerenciamento do risco socioambiental compreende:

Três Linhas de Defesa e Comitês de Monitoramento:

- 1ª linha de defesa: Responsabilidade Social Corporativa (“CSR”) - Áreas de clientes e de negócios - Compras e Facilities - Recursos Humanos;
- 2ª linha de defesa - Compliance - Jurídico - Risco de Crédito (ou “RISK Corporate”) - Risco Operacional (ou “RISK ORC”);
- 3ª linha de defesa - *Inspection Générale* (auditoria interna);
- Comitês de monitoramento - Comitê de Responsabilidade Socioambiental (CRSA) - Comitê de Riscos do Conglomerado Prudencial (Risk Co).

Diretor Responsável pela PRSA

O Diretor de Risco (CRO) do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil é o diretor responsável pela conformidade com esta Política de Responsabilidade Socioambiental.

Comitê de Responsabilidade Socioambiental (CRSA)

O Comitê de Responsabilidade Socioambiental (“CRSA”) é estabelecido como a estrutura de monitoramento desta Política e pretende garantir e monitorar as obrigações do BNP Paribas Brasil conforme as Resoluções 4.327/2014 e 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O CRSA é presidido pelo Diretor Responsável por esta Política, e ainda vinculado à Diretoria Executiva do Banco, conforme estabelecido no Art. 3 da Resolução 4.327/2014 do CMN, através das suas contribuições e recomendações ao Comitê de Riscos do Conglomerado BNP Paribas no Brasil.

O CRSA é integrado ainda por representantes das áreas que formam a primeira e segunda linhas de defesa: CSR, Compliance, Jurídico, Risco de Crédito e Risco Operacional, dentre outras.

As missões e a organização do CRSA são definidos no seu Regimento Interno

Todas as áreas do BNP Paribas Brasil são responsáveis pelo cumprimento e disseminação dos conceitos, princípios e diretrizes desta Política.

h. Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Conglomerado é coordenada pela função Finance, quem apresenta monitoramento e planos e coordena o Comitê de Monitoramento de Capital, quem tem a função de assessorar as Diretorias Estatutárias das Entidades nas suas funções de gerenciamento de capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado;
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado;
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado;
 - Plano de contingência de capital.



- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital;
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos;
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz);
- Enviar para aprovação ou ao conhecimento da Diretoria Estatutária quaisquer fatos que os membros julgarem relevante bem como os requisitos regulatórios que necessariamente devem passar pela Diretoria Estatutária.

Plano de Capital

O Plano de Capital é preparado pela área de Finance, com subsídios do planejamento estratégico das linhas de negócio e do Comitê de Riscos e abrange um horizonte de três anos.

Plano de Contingência de Capital

Em consonância com o Regimento do Comitê de Monitoramento do Capital, em suas atribuições, os membros do Comitê de Capital são responsáveis por definir a abordagem a ser seguida quando da necessidade de aplicação do Plano de Contingência de Capital.

O Plano de Contingência de Capital é formalizado em reunião ordinária ou extraordinária, sempre que houver o seu acionamento

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	2020	2019
Patrimônio de Referência		
Nível I	4.518.961	4.277.633
Capital Principal	4.518.961	4.277.633
Nível II	426.336	750.018
Total (Nível I + Nível II)	4.945.297	5.027.651
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	30.107.890	22.506.089
De Mercado	4.492.120	2.981.973
Operacional	4.974.127	4.549.457
Ativos ponderados pelo risco	39.574.137	30.037.519
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.165.931	2.403.001
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.779.366	2.624.650
Índice da Basileia (PR/RWA)	12,50%	16,74%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	11,42%	14,24%
Índice do Nível I (NI/RWA)	11,42%	14,24%

35. PARTES RELACIONADAS

a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. As operações entre as empresas incluídas na consolidação (nota explicativa 3a) foram eliminadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo se traduzem conforme quadro abaixo:

Descrição	2020		2019	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Caixa e equivalentes de caixa e Operações de crédito				
a instituições financeiras	5.486.969	(32.608)	11.288.645	738.960
BNP Paribas - Paris	5.809	(60.233)	163.517	(8.328)
Grupo BNP Paribas	15.559	(455.408)	42.717	10.480
Grupo Cetelem	5.465.601	483.033	11.082.411	736.808
Derivativos a Receber/(a pagar)	(373.707)	(300.901)	(100.972)	342.211
BNP Paribas - Paris	(518.310)	(437.185)	-	-
Grupo BNP Paribas	144.603	136.284	(100.972)	342.211
Operações de crédito a clientes	57.320	2.192	-	-
Grupo Arval	42.120	2.192	-	-
Grupo CARDIF	15.200	-	-	-
Depósitos de instituições financeiras/Clientes	(987.340)	(40.453)	(3.388.282)	(38.771)
BNP Paribas - Paris	(5)	-	(3)	-
Grupo Arval	(86.652)	(1.827)	(28.576)	(3.159)
Grupo BNP Paribas	(739.679)	(5.588)	(155.175)	(23.755)
Grupo CARDIF	(20)	-	(67)	-
Grupo Cetelem	(160.984)	(33.038)	(3.204.461)	(11.857)

Página 42



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

Descrição		2020		2019	
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Pagar		(85.099)	-	-	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(85.099)	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses		(9.644.893)	(1.926.356)	(6.936.140)	(388.141)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(6.993.629)	(1.158.402)	(5.293.345)	(220.345)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(2.651.264)	(767.954)	(1.642.795)	(167.796)
Ativos/Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado		(917.687)	343.290	(1.144.318)	(296.889)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(927.577)	592.650	(391.959)	(220.917)
Grupo Arval	Parte Relacionada	3	(72)	(11.345)	119
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	9.883	(249.366)	(741.015)	(78.354)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	236	-	2.241
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	4	(158)	1	22
Outros Ativos financeiros		159.723	165.135	19.439	35.494
BNP Paribas - Paris	Controladora	153.438	131.943	16.688	17.004
Grupo Arval	Parte Relacionada	107	658	798	646
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	6.178	19.164	1.882	15.706
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	1.491	71	1.165
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	11.879	-	973

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco, Instituição líder, é administrado por uma Diretoria. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Diretoria será composta por um Diretor Presidente e Diretores sem designação específica. A remuneração atribuída aos Diretores no exercício que representam benefícios de curto prazo foi de R\$25.395 (em 2019 R\$21.754), benefícios de longo prazo de R\$4.806 (em 2019 R\$11.172) e não existem benefícios pós-empregos e remuneração em ações.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8



São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitscheck, 1909, 10º andar
Torre Sul - São Paulo - SP - CEP 04543-906
+55 11 3841 3100
+55 11 2360 3100

Rio de Janeiro

Av. Borges de Medeiros, 633 - Sala 405 - 4º andar
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22430-041
+55 21 3094 8200
+55 21 3094 8231

Minas Gerais

Rua Antonio de Albuquerque, 271 - 15º andar
Belo Horizonte - MG - CEP 30112-010
+55 31 3254 1250
+55 31 3254 1260

Paraná

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar
Curitiba - PR - CEP 80240-240
+55 41 3099 7250
+55 41 3099 7260

**BNP PARIBAS**

O banco
para um mundo
em mudança